

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026

1.- PREÂMBULO:

1.1.A PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, julgamento **GLOBAL**, através de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, objetivando a contratação especificada no subitem 2.1 deste edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica Licita Zé Doca, disponível em <https://licitazedocama.com.br/> O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

1.3.- Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico <https://licitazedocama.com.br/> bem como, no site da Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA, disponível em <https://www.transparencia.zedoca.ma.gov.br/>.

1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração nos Sites supracitados consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

DATA: 17/04/2026, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 15:00 (dez horas) - horário de Brasília-DF.

LOCAL: Licitazedoca - <https://licitazedocama.com.br/>

2.OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto da presente licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA – MA.** conforme especificações constantes neste edital, no termo de referência, na planilha, cronograma, memorial descritivo e projeto.

2.2. O valor do máximo aceitável para a presente licitação é orçamento é **9.961.820,92 (NOVE MILHÕES NOVECENTOS E SESSENTA E UM MIL OITOCENTOS E VINTE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)**

2.3. cotado em moeda nacional (Real) na forma da planilha orçamentária que se anexa a este instrumento.

2.3.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compras.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133/21;

- 4.3.5.que estejam sob falência, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6.entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7.Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4.Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1.que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1.nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2.que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3.que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4.que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5.que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6.que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 4.4.7.que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8.que o objeto seja executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5.A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratações e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.8.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.9.** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, via sistema.
- 5.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.11.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 5.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 5.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- 6.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência. Em caso de divergência entre as quantidades, descrições e especificações constantes do CATSER/SIASG e do Projeto Básico, prevalecem estas últimas;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade

do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 6.5.O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7.No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
- 6.8.Os documentos listados no item da HABILITAÇÃO deverão ser anexados no sistema juntamente com o cadastro da proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

7.DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1.A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.O Agente de Contratações verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.
- 7.3.Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.8.O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.
- 7.9.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.10.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.11.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 1,00 (um real).
- 7.12.Será adotado o modo de disputa aberto e fechado, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 7.13.A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos, com prorrogações sucessivas a partir dos dois minutos finais sempre que houver lance.
- 7.14.Encerrados os prazos estabelecidos nos itens “9.12” e “9.13”, o sistema ordenará os lances em ordem

crescente de vantajosidade.

- 7.15.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratações no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratações persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <http://www.licitanet.com.br/>.
- 7.17.** Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.19.** No caso de desconexão com o Agente de Contratações, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratações persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratações aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 7.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo disposto e controlado pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada

do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratações deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratações iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratações examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível, salvo comprovação de oscilação de mercado ocorrido após a elaboração dos orçamentos até a data de abertura das propostas.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata; - O Agente de Contratações poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratações por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratações.

8.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratações, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratações, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratações examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

8.8. Havendo necessidade, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

- 8.9.** O Agente de Contratações deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.10.** Também nas hipóteses em que o Agente de Contratações não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.11.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais
- 8.12.** licitantes pelo “chat”.
- 8.13.** Garantia de propostas Comprovação no momento da apresentação da proposta, do recolhimento de quantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação - conforme permissivo do Art. 58, § 1º da Lei Federal 14.133/21;
- Nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, será exigida dos licitantes a apresentação de garantia de proposta, como condição de participação no certame, com o objetivo de assegurar a manutenção da proposta apresentada e a assinatura do contrato, quando convocado.
- A garantia de proposta corresponderá a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, devendo ser apresentada nas modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:
- seguro-garantia;
- A exigência de garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no processo administrativo, em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não comprometendo a competitividade do certame.
- Para os procedimentos realizados na forma eletrônica (concorrência eletrônica e pregão eletrônico), a garantia deverá ser anexada ao sistema eletrônico até a data e horário definidos para a apresentação das propostas, conforme regras da plataforma utilizada.
- Aplicam-se subsidiariamente as normas e entendimentos dos Tribunais de Contas competentes, especialmente no que se refere à motivação da exigência e à vedação de restrição indevida à competitividade.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.** Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- O Agente de Contratações anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Agente de Contratações acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.2.** Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratações poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e verificando as condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 9.3.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

- 9.4.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 9.5.** Serão desclassificadas as propostas que:
- 9.5.1.** Contiverem vícios insanáveis;
 - 9.5.2.** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - 9.5.3.** Apresentarem preços inexequíveis nos termos do § 4º, artigo 59, da Lei 14.133/2021, ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 9.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 9.5.5.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 9.6.** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.7.** O Agente de Contratações poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 9.8.** No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
- 9.9.** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.
- 9.10.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - III- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.11.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I- Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - II- Empresas brasileiras;
 - III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV- - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas nos subitens 8.6 e 8.7 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.12. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.13. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.14. A negociação será conduzida pelo agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

9.15. O custo máximo aceitável para a presente contratação será sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, considerando as seguintes razões:

9.16. Promoção da Concorrência Leal: O sigilo dos preços visa prevenir práticas anticompetitivas, garantindo que todos os licitantes apresentem suas melhores ofertas sem o risco de combinação de preços ou influência mútua, assegurando assim uma competição justa e equitativa.

9.17. Evitar o Efeito Âncora: A divulgação prévia de um preço referencial cria um efeito âncora, onde os licitantes tendem a basear suas propostas nesse valor, limitando a competitividade. O sigilo evita que os licitantes se apoiem em preços estipulados, incentivando ofertas mais agressivas e inovadoras, que podem ser substancialmente mais vantajosas para a administração pública.

9.18. Obtenção de Condições Mais Vantajosas: A confidencialidade das propostas de preço incentiva os licitantes a ofertar suas condições mais favoráveis, sem a preocupação de serem imediatamente sobrecotados por concorrentes. Isso resulta em condições mais vantajosas para a administração pública, potencializando a economia de recursos públicos.

9.19. Proteção contra Especulação e Instabilidade de Mercado: Em mercados voláteis, o conhecimento prévio dos preços pode levar a especulações que afetam a estabilidade dos preços dos produtos saneantes. O sigilo ajuda a mitigar esse risco, contribuindo para a estabilidade econômica e a previsibilidade para os fornecedores e para a administração pública.

9.20. Percepção Realista dos Preços de Mercado: O sigilo permite que a Prefeitura obtenha, por meio das propostas apresentadas, uma visão mais realista e atualizada dos preços de mercado. Essa abordagem contribui para a formação de um orçamento baseado em valores atuais e competitivos, refletindo melhor as condições de mercado.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA READEQUADA

10.1. Ao final do certame, deverá o licitante vencedor atualizar a proposta com os descontos ofertados, a Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante

legal da empresa e por seu responsável técnico. Será concedido um prazo de até 24 horas, sob pena de desclassificação do licitante em caso de não envio dentro do prazo estabelecido.

11.DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, os Agentes de Contratação verificarão o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.4. Constatada a existência de sanção, os Agentes de Contratação reputarão o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelos Agentes de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no item 11.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.7.1. Cédula de identidade do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresarial), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

11.7.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

11.7.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI; ou

11.7.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas eventuais alterações ou consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou

11.7.5. No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; ou

11.7.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; ou

11.7.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.8. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.8.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos negativos Relativos aos Débitos Federais e à Dívida Ativa da União;

- 11.8.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação das Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de Débito e Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de Dívida Ativa;
- 11.8.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante a apresentação das Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com efeitos negativos de Dívida Ativa;
- 11.8.6.** Quando a prova de regularidade de que trata o item 8.9.5 for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.
- 11.8.7.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- 11.8.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT; Certidão de regularidade na contratação de PCD, que deve ser superior, igual ou indicar a desobrigação, conforme o art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 11.8.9.** Certidões simplificada e específica expedidas pela Junta Comercial do Estado, domicílio da sede da licitante, acompanhada da certidão de inteiro teor de todas as alterações contratuais, o documento deverá ser expedido no máximo 30 (trinta) dias antes da data de recebimento dos documentos.

11.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.9.1.** Registro ou inscrição da Empresa e dos Responsáveis Técnicos no **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou Conselho Regional de Técnicos Industriais – CRT** da região sede da Empresa. No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora sediada em outras regiões de jurisdição do CREA/CAU/CRT deverá apresentar visto do CREA – MA/CAU – MA/CRT – MA.
- 11.9.2.** Comprovação da licitante possuir em seu corpo técnico, ao tempo do início do contrato, profissional de nível superior integrante do quadro permanente da empresa reconhecido(s) pelo **CREA e/ou CAU e/ou CRT**, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no **CREA e/ou CAU e/ou CRT** da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, que comprove ter o profissional executado satisfatoriamente a (s) obra (s)/serviço(s) compatível(is) com o objeto desta licitação..
- 11.9.3.** Os profissionais indicados como responsáveis técnicos deverão comprovar o vínculo com a empresa por meio do contrato social, contrato ou termo de prestação de serviço, ou ata de eleição da diretoria que comprove que o responsável técnico está ligado à empresa ou ainda mediante declaração de disponibilidade futura, informando que o profissional integrará o quadro da licitante como responsável técnico, se a empresa vier a ser contratada, conforme autoriza o Acórdão n.º 2607/2011 – PLENÁRIO - TCU. Quando tratar -se de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo dessa e certidão do CREA/CAU devidamente atualizada.

- 11.9.4.** Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III, do artigo 67, da Lei 14.133/21 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 11.9.5.** A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão Permanente de Licitação – Cadastro de Fornecedores, ou por órgão que a antecedeu, ou de outro órgão da Administração Pública Federal ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nos subitens 11.8, obrigando-se a licitante a apresentar o referido Certificado acompanhado da Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo da sua Habilitação anexo constante nesse Edital.
- 11.9.6.** É de exclusiva responsabilidade das licitantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 11.9.7.** É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da mesma e certidão do **CREA e/ou CAU e/ou CRT**, devidamente atualizada.
- 11.9.8. Atestado (s) de capacidade técnica – operacional** que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal, ou ainda, para empresas privadas, obra/serviços de características técnicas similares as do objeto da presente licitação.
- 11.9.9. Declaração formal e expressa da licitante**, registrando a disponibilidade da equipe técnica, devendo constar o nome e a qualificação de cada membro indicado, assim como instalações, máquinas e equipamentos considerados essenciais para o cumprimento objeto da licitação. Essa declaração supre a necessidade de apresentação prévia de quaisquer documentos sobre os equipamentos mínimos para a execução.
- 11.9.9.1.** As instalações, os equipamentos e a equipe técnica disponível conforme declarados pela licitante nesta alínea estarão sujeitos a vistoria “in loco”, pela Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA por ocasião da contratação e sempre que necessário, a exclusivo critério da CONTRATANTE;
- 11.9.9.2.** Qualquer informação adicional relativa à localização da obra, se necessária, poderá ser fornecida pela Secretaria Municipal de Obras;
- 11.9.9.3.** Licença Ambiental emitida pelo órgão competente estadual ou delegação municipal;

11.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade;
- c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- d) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei,

de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

e.1) As empresas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.10.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso. b.7) Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, só será aceito mediante recibo de entrega emitido pelo Sistema, de acordo com o Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016.

11.11. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação dos documentos de habilitação, quando não vier expresso o prazo de validade.

11.12. A garantia de proposta poderá ser prestada em conformidade com o Art. 96, § 1º da Lei 14.133/21.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Modalidades de garantia: O contratado pode escolher entre caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Caução: A caução pode ser feita em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, com registro em sistema autorizado pelo Banco Central, e avaliados pelo valor econômico definido pelo Ministério da Economia.

Seguro-garantia: O seguro-garantia é outra opção, assim como a fiança bancária, que deve ser emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central.

- 11.13.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 11.14.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.14.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.15.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 11.16.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 11.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.18.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 11.19.** Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.20.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 11.21.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.1.** A proposta final do licitante vencedor e os documentos exigidos para habilitação, **se necessário e mediante solicitação do pregoeiro**, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 02 (dois) dias úteis, à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA, situada na Av. Militar, s/n – Vila do BEC – Zé Doca – MA.
- 12.2.** Será inabilitado ou recusada a aceitação da proposta do licitante que não enviar os documentos no prazo estipulado no item anterior, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.3.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar os documentos indicados neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

13.DOS RECURSOS

- 13.1.**O Agente de Contratações declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (20) vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2.**A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando o Agente de Contratações autorizado a encaminhar o processo a Autoridade Competente para adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.
- 13.3.**Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratações verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.3.1.**Nesse momento o Agente de Contratações não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.3.2.**A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.
- 13.4.**A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.5.**O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1.**A sessão pública poderá ser reaberta:

- 14.1.1.**Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.1.2.**Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularidade fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2.**Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.3.**A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, mensagem eletrônica, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 14.4.**A convocação feita por e-mail ou mensagem eletrônica dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15.DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela mesma autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 15.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO CONTRATO

- 16.1.** Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo em documento complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, podendo ser prorrogado mediante anuência e conveniência administrativa, sob pena de decair do direito à contratação.
- 16.2.** O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.
- 16.3.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 16.4.** Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 15.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.
- 16.5.** Nos termos do art. 96 da Lei Federal 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato, o licitante deverá apresentar SEGURO GARANTIA no valor referente a 5% (cinco por cento) do valor vencedor da licitação. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- CAUÇÃO em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - SEGURO-GARANTIA;
 - FIANÇA BANCÁRIA emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

17. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA

- 17.1.** O contrato decorrente deste edital possuirá prazo de validade de 360 (trezentos e sessenta) dias conforme especificado na minuta contratual.
- 17.2.** Se a empresa vencedora deixar de executar os serviços dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do serviço rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

17.3. O prazo de execução da obra será de 360 (trezentos e sessenta) dias conforme estabelecido no Cronograma Físico Financeiro.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1.** Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus documentos complementares, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- 18.2.** E-MAIL preferencialmente INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail, preferencialmente institucional, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.
- 18.3.** Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra/serviço, mediante agendamento prévio junto ao CONTRATANTE.
- 18.4.** Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas despesas.
- 18.5.** O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações da licitação e da proposta.
- 18.6.** O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo CONTRATANTE, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 18.7.** Garantir os materiais ou equipamentos contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- 18.8.** Fornecer materiais ou equipamentos de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 18.9.** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local indicado pelo Município de ZÉ DOCA, conforme quantitativos dos serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 18.10.** Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos ou serviços que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de 02 (dois) dias, podendo o CONTRATANTE conceder prazo maior.
- 18.11.** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto aplicado com defeito de fabricação.
- 18.12.** Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus documentos complementares, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- 18.13.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s),

num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

18.14. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais documentos complementares.

18.15. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.16. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

18.17. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

18.18. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

18.19. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste Contrato, sujeita a fiscalização do CONTRATANTE, quer seja exercida por servidor do quadro do próprio CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim; “cláusula de livre acesso”, conforme determina o inciso III, do p, aonde concede livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.”

19. DO CONTRATO

19.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta presente em documento complementar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, prorrogáveis por mesmo prazo, sob pena de decair do direito à contratação.

19.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

19.3. O contrato celebrado será rescindido em caso de descumprimento contratual e aplicado as sanções cabíveis e pertinentes em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no Edital.

20.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato;

20.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

20.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

20.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Edital e no Instrumento Contratual;

20.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato.

21.DA FISCALIZAÇÃO

21.1. A entrega dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo CONTRATANTE, por intermédio de sua Secretaria requisitante dos serviços, que nomeará servidor com formação em engenharia para acompanhar a entrega a execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

21.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

21.3. Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;

21.4. Receber os serviços, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta;

21.5. Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços que forem executados em desacordo com as especificações exigidas;

21.6. Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os produtos utilizados na obra ou serviço, para realização de análise;

21.7. Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);

21.8. Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) serviço (s) entregue(s) ao que foi solicitado;

21.9. Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;

21.10. Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;

21.11. Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;

21.12. Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;

21.13. Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do CONTRATANTE;

21.14.m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

22.DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento pela efetiva prestação dos serviços objeto deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação das medições devidamente aprovadas pela fiscalização do contrato e no valor correspondente ao seu somatório.

- 22.2.**A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
- 22.3.**No caso da parcela relativa à primeira medição, a mesma somente será validada mediante a apresentação da Prova de Inscrição da Obra junto ao INSS. No caso da parcela relativa a última fase, a medição somente será validada mediante apresentação de documento comprobatório da Baixa da obra junto ao INSS
- 22.4.**Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de ZÉ DOCA, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- 22.5.**Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de ZÉ DOCA.
- 22.6.**A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.
- 22.7.** O Município de ZÉ DOCA poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
- 22.8.**A CONTRATADA deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de ZÉ DOCA.
- 22.9.**Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.
- 22.10.**A CONTRATADA retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de ZÉ DOCA.
- 22.11.**Débito da CONTRATADA para com o Município de ZÉ DOCA quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- 22.12.**Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 22.13.**Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de ZÉ DOC, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGM-M do mês anterior ao do pagamento, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.
- 22.14.**A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das seguintes dotações:

Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento Hábil conforme Art. 7º do Decreto 7892/2013

23.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1.**O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
- 23.2.**Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de ZÉ DOCA, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- 23.3.**Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- 23.4.**Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- 23.5.**Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- 23.6.**Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de ZÉ DOCA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 23.7.**Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso “e”, quando ocorrido a seguinte situação:
- 23.8.**Quando fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, prestação de serviços ou contrato dela decorrente:
- 23.9.**Entregando uma mercadoria por outra;
- 23.10.**Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida.
- 23.11.**Sempre que anteriormente tenha sido aplicada a suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- 23.12.**Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao Município de ZÉ DOCA, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.
- 23.13.**As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021;
- 23.14.**As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.15.EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- 23.16.-** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com o CONTRATANTE poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:
- 23.17.**Retardarem a execução do objeto da licitação;

23.18. Demonstrar em não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

23.19. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

24. – DO REAJUSTAMENTO

24.1. Conforme as normas financeiras vigentes a partir de 1º de julho de 1994, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano.

25. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

25.1. O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições propostas, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

26. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

26.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

26.2. Descumprir as condições do contrato;

26.3. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

26.4. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

27.2. Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

27.3. É facultado ao AGENTE DE CONTRATAÇÕES ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

27.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

27.5. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

27.6. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

27.7. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.

- 27.8.A** AUTORIDADE COMPETENTE poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no §1º do artigo 125 da Lei Federal 14.133/2021.
- 27.9.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 27.10.** É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.
- 27.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 27.12.** O AGENTE DE CONTRATAÇÕES, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 27.13.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.
- 27.14.** O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.
- 27.15.** Esse Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico <https://www.transparencia.zedoca.ma.gov.br/>, onde poderão ser consultados gratuitamente.
- 27.16.** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:
- 27.17.** São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Projeto Básico
Anexo II	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato

- 27.18.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro de ZÉ DOCA - MA, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ZÉ DOCA – MA, 13 de janeiro de 2026



ALEXANDRE MAGNO DE AGUIAR BARROSO
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº164/2026

ANEXO I

PROJETO BÁSICO / PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

eventuais e futuras contratação de empresa especializada serviços de engenharia para execução de aterros públicos no município de Zé Doca – Ma

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade, a viabilidade técnica e a relevância administrativa da contratação de empresa especializada para execução de serviços de reforma predial sob demanda, destinados aos prédios públicos do Município de Zé Doca/MA, abrangendo edificações localizadas tanto na sede quanto na zona rural.

A iniciativa contempla intervenções de natureza preventiva, corretiva e de adequação, envolvendo serviços de alvenaria, revestimentos, pintura, cobertura, instalações elétricas, hidrossanitárias, esquadrias, recuperação estrutural pontual e demais serviços necessários à conservação, segurança e funcionalidade das edificações públicas.

Considerando o desgaste natural das estruturas ao longo do tempo, o uso contínuo dos imóveis públicos, bem como a necessidade de manter condições adequadas para o atendimento à população e o desempenho das atividades administrativas, torna-se imprescindível a adoção de um instrumento administrativo que permita resposta ágil e eficiente às demandas de reforma, de forma planejada e contínua.

Nesse contexto, propõe-se a estruturação de uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como solução mais adequada para atender às demandas recorrentes de manutenção e reforma predial ao longo do exercício de 2026..

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Zé Doca, integrando as ações voltadas à manutenção do patrimônio público, à melhoria das condições de trabalho dos servidores e à garantia de ambientes adequados para o atendimento da população.

A reforma e conservação dos prédios públicos são fundamentais para o funcionamento regular de:

- Unidades de saúde;
- Escolas e creches municipais;
- Prédios administrativos;
- Equipamentos públicos de uso coletivo.

A iniciativa está em conformidade com:

- Lei Federal nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas;
- Normas técnicas da ABNT aplicáveis à construção civil, segurança das edificações e instalações prediais;
- Normas de segurança do trabalho e acessibilidade;
- Diretrizes municipais de conservação e valorização do patrimônio público.

Dessa forma, o presente estudo contribui para o fortalecimento do planejamento público e para a adoção de práticas administrativas mais eficientes e preventivas.

a) JUSTIFICATIVA

A contratação visa atender às demandas recorrentes da Administração Pública Municipal relacionadas à implantação, recuperação, adequação e regularização de áreas públicas, tais como vias, terrenos institucionais, áreas destinadas a edificações públicas e demais intervenções de infraestrutura básica. Considerando que o Município não dispõe de estrutura própria de máquinas, equipamentos e pessoal técnico suficientes para execução direta desses serviços em escala compatível com as demandas existentes, a contratação por meio de terceiros mostra-se tecnicamente necessária e economicamente vantajosa.

b) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** contemplará a contratação de serviços e fornecimento de materiais necessários à execução de reformas prediais sob demanda, incluindo, de forma exemplificativa:

- Serviços de alvenaria, reboco e recuperação de paredes;
- Execução e recuperação de revestimentos cerâmicos e pisos;
- Serviços de pintura interna e externa;
- Manutenção e substituição de coberturas e telhados;
- Reparos e adequações em instalações elétricas;
- Manutenção e substituição de instalações hidrossanitárias;
- Recuperação e instalação de portas, janelas e esquadrias;
- Serviços de adequação estrutural pontual;
- Fornecimento de materiais de construção e mão de obra especializada.

1- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA CONTRATAÇÃO

2.1. A futura contratação encontra fundamento no Artigo. 37, XXI, da Constituição Federal/1988, na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e demais normas pertinentes à espécie.

2- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

3.3 A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no sistema de registro de preços.

3.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

3.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4 DO VALOR:

3.1. O Valor Máximo Global para execução das obras e serviços objeto deste Contrato, é o orçamento sigiloso, conforme dispõe o art. 24 da lei 14.133/2021, uma vez que esta administração entende que o orçamento sigiloso oportuno uma melhor proposta, pois não limita nem define o valor, o qual após a abertura das propostas se torna público,

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento Hábil conforme Art. 7º do Decreto 7892/2013.

6 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES A CONTRATADA:

Fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões na prestação dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7 DO PRAZO:

6.1 – O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato. O prazo de execução dos serviços objeto da presente licitação é de até 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gestor do presente contrato designará um Responsável para seu acompanhamento e emissão de Termo circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelas

partes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação por escrito, da conclusão do objeto pela Contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O referido Responsável examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus Anexos, Especificações Técnicas e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a CONTRATADA deverá sanar em prazo determinado pelo Responsável da Contratante, observando o disposto na Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Comprovado o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a Administração emitirá em prazo inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação por escrito da conclusão, pela Contratada, Termo circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, assinado pelas partes.

PARÁGRAFO QUARTO – Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e atestada sua conclusão pelo Responsável designado para o seu acompanhamento.

PARÁGRAFO QUINTO – Os prazos estabelecidos nesta Cláusula somente poderão ser objeto de prorrogação, caso o motivo apresentado, devidamente justificado, esteja enquadrado em na conformidade do estabelecido na Lei nº 14.133/21, mediante solicitação por escrito da

CONTRATADA, devidamente aceita pela CONTRATANTE, acompanhado de Parecer prévio da Procuradoria Jurídica da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, e nos seguintes casos:

- a) alteração do Termo de Referência, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;
- c) interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA;
- d) impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- e) omissão ou atraso de providências a cargo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

PARÁGRAFO SEXTO – Com a conclusão dos serviços dentro dos prazos estipulados nesta Cláusula, o Contrato terá automaticamente sua vigência expirada sem necessidade de qualquer notificação.

7 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) recrutar profissionais habilitados e com experiência comprovada fornecendo à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais, contendo identidade e atribuição/especificação técnica;
- b) executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venha a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- c) substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- d) facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- e) responder perante a CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do objeto deste Termo, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- f) responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após a execução do objeto deste Termo, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução das condições estabelecidas;
- g) pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;
- h) disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Termo;
- i) responder, pecuniariamente, por todos os danos e /ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- j) respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- k) responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U., de 13/02/1998;

l) responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

m) manter durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

n) manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências", onde serão registrados o andamento dos serviços e os fatos relativos às recomendações da FISCALIZAÇÃO. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO.

o) Comunicar imediatamente ao profissional qualificado (Geólogo e/ou Engenheiro Civil) quaisquer mudanças que porventura venham a ocorrer na execução do projeto para as devidas providências.

8 – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) prestar os serviços de acordo com as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, constantes no anexo I do Termo de Referência.

b) atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto deste Termo;

c) responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

d) apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª (primeira) medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;

e) Registrar este Contrato no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

f) Registrar este Contrato junto ao INSS, e apresentar a matrícula correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento;

g) fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto deste Contrato, de forma convencional e em meio digital;

9 – DAS VISITAS TÉCNICAS AOS LOCAIS DAS OBRAS:

9.1. A CONTRATADA, deverá apresentar Declaração, formal e expressa de que conhece os terrenos onde serão realizadas as obras, instalações, e/ou reformas do objeto segundo o projeto básicos e as peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem realizados.

9.2 Não será aceita nenhuma justificativa ou alegação por parte da CONTRATADA, com ênfase para a vencedora da licitação, de desconhecimento dos locais dos serviços, ou das dificuldades a eles inerentes, com o intuito de eximir-se de responsabilidades.

10 – DA GARANTIA

10.1. A adjudicatária será convocada para nos termos do art. 96 da Lei Federal 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato. O licitante deverá apresentar SEGURO GARANTIA no valor referente a 5% (cinco por cento) do valor vencedor da licitação. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- CAUÇÃO em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

- SEGURO-GARANTIA;

- FIANÇA BANCÁRIA emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.2. A Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA poderá descontar do valor da garantia toda e qualquer importância que lhe for devida, a qualquer título, pela contratada, inclusive multas.

10.3. Se o desconto se efetivar no decorrer do prazo contratual, a caução deverá ser reintegrada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de recebimento da notificação, sob pena de ser descontada na fatura seguinte.

10.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

10.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 1% (um por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

10.6. A retenção efetuada com base no item 10.5 desta cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

10.7. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item 12.6 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

10.8. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA

10.9. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

10.10 Após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do Contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução das obras, serviços e fornecimentos.

11 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 O gestor do presente contrato designará um Responsável para seu acompanhamento e emissão de Termo circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da comunicação por escrito, da conclusão do objeto pela Contratada.

11.1.1 O referido Responsável examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, das cláusulas do contrato e seus Anexos, Especificações Técnicas e fará constar do Termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a Contratada deverá sanar em prazo determinado pelo Responsável da Contratante, observando o disposto na Lei 14.133/21.

11.2 Comprovado o saneamento das deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, a Administração emitirá em prazo inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, contados da comunicação por escrito da conclusão, pela Contratada, Termo circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, assinado pelas partes.

11.3 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e atestada sua conclusão pelo Responsável designado para o seu acompanhamento.

12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitido alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

12.2 O pagamento das faturas será efetuado com observância dos seguintes critérios:

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação / aceitação das Notas Fiscais / Faturas em boa e devida forma, mediante medições mensais, conforme Cronograma financeiro apresentado na proposta

b) A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito até o 10º (décimo) dia de recebimento de cada fatura, as falhas ou irregularidades porventura constatadas, e sua tramitação só terá prosseguimento após sua total aceitação e aprovação.

c) Juntamente com a apresentação da Fatura de cada parcela de pagamento terá a CONTRATADA de apresentar a comprovação de recolhimento à Previdência Social, através do GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido. Quando se tratar da quitação do último pagamento a Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que lhe seja apresentado o GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados, da mesma forma deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena de retenção dos pagamentos.

12.3 Nenhum pagamento se fará sem que a CONTRATADA tenha recolhido o valor da multa, eventualmente aplicada.

12.4 A última fatura só será liberada mediante a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo do serviço contratado, lavrado pela fiscalização da CONTRATANTE, da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, bem como do Certificado de Regularidade junto ao FGTS.

12.5 A CONTRATADA não poderá transferir, negociar ou dar em garantias duplicatas ou qualquer outro título de crédito decorrente deste Contrato, salvo com autorização prévia e escrita da Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA. A CONTRATANTE não acatará, para pagamentos das faturas, duplicatas ou qualquer outro título vinculado a execução dos serviços, apresentados por estabelecimentos bancários ou terceiros, que não tenham sido regularmente aceitos pela Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA.

12.6 A CONTRATANTE deduzirá das faturas a serem pagas à CONTRATADA:

- a) as quantias a ela devidas pela CONTRATADA, a qualquer título;
- b) o valor das multas porventura aplicadas pela CONTRATANTE, de acordo com as disposições deste Contrato, quando a garantia for insuficiente para quitação do valor das multas;
- c) o valor dos prejuízos causados pela CONTRATADA, em decorrência de execução deste Contrato;
- d) o valor dos pagamentos porventura feitos pela CONTRATANTE a terceiros, por danos ou ação da CONTRATADA, em função deste Contrato.

12.7 Os preços unitários dos serviços que venham a ser necessários e porventura não constem da proposta aprovada serão obtidos pelo preço de referência da Tabela de Preços do SINAPI/MA, nas mesmas bases vigentes na data da Licitação. Não existindo preço de referência, serão eles fixados mediante acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/21 Estatuto dos Contratos e Licitações Públicas e suas posteriores alterações.

12.8 – Os serviços extras, não previstos na proposta e que exijam alterações contratuais, necessários à conveniente execução dos trabalhos, só serão pagos quando previamente autorizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, após análise e aprovação do orçamento discriminativo apresentado por aquela, com base nos elementos primários contidos na proposta de preços, respeitando o disposto no parágrafo anterior e Art. 124 da Lei 14.133/21.

12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data determinada e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = N.º de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeiro = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

- a) Recolher os tributos, taxas, impostos e contribuições sociais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, inclusive em relação ao preço, os acréscimos e supressões que se fizerem no objeto contratado, respeitados os limites indicados no Art. art. 124 da Lei nº 14.133/21 Estatuto dos Contratos e Licitações Públicas e suas posteriores alterações;
- c) Atender às determinações expressas da fiscalização;
- d) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto licitado;
- e) Manter o quadro de pessoal empregado nos serviços constituídos de pessoas competentes, hábeis e disciplinadas, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade, registrado de acordo com a legislação vigente ter registro em carteira de trabalho;
- f) A Contratada é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/21.
- g) A CONTRATADA não poderá transferir o objeto deste CONTRATO, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata e aplicação das penalidades previstas na lei.
- h) A CONTRATADA se compromete a observar a Legislação Trabalhista, Previdenciária e de Saúde e Medicina do Trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente, incluindo equipamentos de proteção.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Constituem direitos e prerrogativas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 115 e 148 da Lei nº 14.133/21, e suas alterações, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.
- b) Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;
- c) Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos;
- d) Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;
- e) Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o empregado ou contratado que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;
- f) Notificar, por escrito, a CONTRATADA, dos defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando-lhe prazos para sua correção;
- g) Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da aplicação de multas, da notificação de débitos e da suspensão da prestação de serviços;
- h) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA;
- i) Instruir pedido de devolução de multa moratória, quando efetivamente o prazo da etapa correspondente ao serviço for recuperado ou cumprido, conforme estabelecido no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.
- j) Aplicar, esgotada a fase recursal, nos termos contratuais multa(s) à CONTRATADA dando-lhe ciência do ato, por escrito, e comunicar ao Órgão Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA.
- k) Efetuar à CONTRATADA os pagamentos dos serviços executados e efetivamente medidos e faturados, nas condições estabelecidas neste Instrumento.
- l) Realizar a medição dos serviços executados, emitindo o respectivo Relatório de Medição, conforme estipulado na CLÁUSULA DO PAGAMENTO. Elaborar o Relatório de Medição referente aos serviços executados no período compreendido entre o primeiro dia e o último dia do mês anterior
- m) Fornecer, quando detiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos;

- n) Garantir o acesso da CONTRATADA e de seus prepostos a todas as informações relativas à execução dos serviços.
- o) Obter, tempestivamente, as licenças ou autorizações, quando de sua competência, junto a outros órgãos/entidades, necessárias à execução dos serviços contratados. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao "local de execução dos serviços", bem como a todos os elementos de informações relacionados com as obras/serviços, pelos mesmos julgados necessários.
- p) A FISCALIZAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA deverá exigir da CONTRATADA o cumprimento dos prazos dispostos no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO apresentado anexo a este instrumento.
- q) A execução de cada serviço/etapa será aferido pela FISCALIZAÇÃO, em cada medição, consoante CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, previamente aprovado.
- r) A aferição dos prazos se dará mediante a comparação entre o valor total da etapa prevista no cronograma físico-financeiro e o efetivamente realizado, no mês em análise.

15 – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- II- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III- o atraso injustificado na execução do objeto;
- IV- a paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- V – A associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VI- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim com as de seus superiores;
- VII- o cometimento reiterado de faltas na execução do seu objeto;
- VIII- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- IX- a dissolução da sociedade;
- X- a alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI- razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização, assegurado a CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIII- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do fornecimento, ou parcela deste, já recebido, salvo em caso de calamidade pública, greve perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XIV- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

16 – DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:

16.1. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduado de acordo com a gravidade da infração, obedecido os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar vinte por cento do valor do contrato

c) Até 10% (dez por cento) sobre o valor da respectiva proposta vencedora ou sobre o valor da contratação celebrado esta diretamente ou mediante prévio processo licitatório, nas seguintes situações:

c.1) Recusa injustificada em assinar ou aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração;

c.2) descumprimento de cláusula contratual, à exceção:

d) Da que estabeleça prazo para entrega do objeto ou da parcela deste, cuja a não observância sujeita o responsável a sanção prevista nas alíneas “a” e “b”, conforme o caso;

e) Da que faça parte integrante do acordo de níveis de serviços previamente estipulados no termo de referência.

16.2. A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhe sejam devidos pela Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA.

16.3. A Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência

16.3.2. Multa prevista no item 16.1;

16.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.

16.3.4. Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

16.4. As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial e poderão, após regular processo administrativo ser descontadas do valor da Garantia, apresentada pela Contratada.

16.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da Garantia prestada, além da perda desta, responderá o Contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA ou cobrada judicialmente.

16.6. A Critério da Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela Contratada, e aceita pela Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

PARAGRAFO ÚNICO – Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17 REAJUSTAMENTO

17.1. Reajuste de Preço: Os preços contratuais serão irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta. Após esse período o valor poderá ser reajustado para mais ou para menos, de acordo com a variação dos ÍNDICES E CUSTOS DA CONSTRUÇÃO, fornecido pelo SINAPI/MA/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = (I_i - I_o) \times V$$

Onde: R = Valor do Reajuste procurado;

V = valor da fatura;

I_i = Índice relativo à data do reajuste;

I_o = Índice inicial, refere-se ao índice correspondente ao mês de apresentação da proposta;

17.2. O serviço que for entregue com atraso imputável ao contratado não gerará direito a reajuste ou a atualização monetária.

17.3. Ocorrendo atraso atribuível à CONTRATADA, antecipação ou prorrogação na execução do serviço, o reajuste obedecerá aos critérios seguintes:

I – No caso de atraso:

a) se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas para a execução do serviço;

b) se os índices diminuírem, prevalecerão àqueles vigentes nas datas em que o serviço for executado;

II – No caso de antecipação prevalecerão os índices vigentes nas datas em que o serviço for efetivamente executado;

17.4. A concessão do reajuste de acordo com o inciso I deste subitem não eximirá a CONTRATADA das penalidades contratuais cabíveis.

17.5. A posterior recuperação do atraso não ensejará a atualização dos índices no período em que ocorrer a mora.

18 – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar na época devida.

19 - DA PUBLICAÇÃO:

Este Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, cabendo à CONTRATANTE mandar providenciar a publicação nos termos que dispõe o parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº. 14.133/21.

20 - DO FORO:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O foro deste Contrato é o desta cidade de ZÉ DOCA - MA, com renúncia expressa e irrevogável de todo e qualquer outro, por especial e privilegiado que seja.

21 - INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO

- Planilha Orçamentária,
- Planilha de Cronograma Físico-financeiro;
- Curva ABC;

- Encargos Sociais,
- Composição de BDI,
- Memorial Descritivo

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA/MA , com sede na _____, Centro, na cidade de ZÉ DOCA/MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____ de _____ de _____ de 202..., considerando o julgamento da licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº _____/202..., processo administrativo n.º _____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no [Edital de Licitação](#), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para _____, especificado(s) no(s) Projeto Básico, anexo I..... *[do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº],* que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
do	
TR	

	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO ____/2026
ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____/2026
Processo Administrativo nº ____/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ____/2026-CPL/ZÉ DOCA

CONTRATO PARA: CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO CAMELÓDROMO NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA /MA, ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA**, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A Prefeitura Municipal de **ZÉ DOCA** , inscrita no CNPJ nº **12.122.065/0001-99**, com sede na Avenida Av. militar, s/n - Vila do BEC - Centro - ZÉ DOCA /MA, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por: _____, (estado civil), (nacionalidade), (cargo), inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob o nº _____, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada

CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** CI nº **XXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na lei n.º 14.133, de 01.04.21, Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores e o resultado do **Processo Licitatório** ____/2026, **Concorrência** nº ____/2026, homologado em ____/____/____, têm entre si justo e acordado o seguinte

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto da presente licitação **EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA SEDE E ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA DOCA – MA**, e as especificações técnicas constantes na proposta da **CONTRATADA – ANEXO I (PROJETO BÁSICO)**, que faz parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO

2.2 – Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados no âmbito do Município de ZÉ DOCA, com o prazo de início de execução dos mesmos de até no máximo **05 (cinco) dias após solicitação oficial do setor responsável**, conforme proposta de preço apresentada, contado do recebimento da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato.

2.3 – Os serviços objeto deste contrato deverão fazer-se acompanhar da Nota fiscal/fatura discriminativa, contendo o número do Item e dos itens prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – O **valor global** para os serviços, objeto deste contrato é de R\$ _____
(_____).

3.2 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** mensalmente através de boletim de medição e demais documentos pertinentes.

3.2.1 – O processo para pagamento dos serviços prestados deverá observar o roteiro devidamente detalhado, conforme itens a seguir:

- a) Identificação dos valores devidos;
- b) Emissão e entrega da nota fiscal acompanhada de documentos comprobatórios da regularização trabalhista, previdenciária e fiscal;
- c) Liquidação e pagamento.

3.3 – Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante requerimento da Contratada, considerando a verificação pela Fiscalização da execução dos serviços, de acordo com os critérios estabelecidos nas Especificações Técnicas.

3.4 – O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do adimplemento de cada parcela, por crédito em conta corrente, na agência do Banco indicada pela Contratada.

3.5 – Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

3.6 – O pagamento será efetuado somente após a comprovação e atestação da realização do serviço por parte da pessoa que for designada para o acompanhamento de fiscalização de sua execução, onde será verificada os itens apontados pela contratada.

3.7 – A CONTRATADA ficará sujeita à multa diária correspondente a 1% (um por cento) do valor da fatura, pelo não cumprimento dos serviços, desde que comprovada a responsabilidade da CONTRATADA. O valor correspondente deverá ser descontado na fatura mensal.

3.8 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA que esteja em débito para com a Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

3.9 - A **CONTRATADA** deverá apresentar à **Secretaria de Obras**, para fins de recebimento das faturas mensais, os seguintes documentos atualizados:

- I** – Certidão Negativa de Débitos para com a fazenda municipal;
- II** – Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- III** – Certidão de Regularidade com o FGTS.
- IV** – Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal.
- V** – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.10 - O pagamento deverá ser efetuado mediante depósito na Conta Corrente da CONTRATADA (**DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA**).

3.11 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte

fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP= Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001589, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{100} \qquad I = \frac{5,8}{100} \qquad I = 0,0001589 \quad 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 5,8%.

3.11.1 - A atualização financeira prevista nesta Cláusula será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas em decorrência do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02	PODER EXECUTIVO – PREFEITURA MUNICIPAL
02.25	SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
02.25.17.512.0057.	IMPLANTAÇÃO DO SANEAMENTO BAS. URBANO
02.25.17.512.0057.1014.0000	IMPLANTAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo este, ter seu prazo prorrogado ou ser rescindido se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 – Ocorrendo alteração das condições econômicas fundamentais preexistentes na assinatura do contrato, será assegurada a recuperação dos valores ora contratados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na conformidade do disposto no Art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS

7.1 - A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento), do valor total contratual, pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual, devendo o valor da multa ser recolhido ao setor de tesouraria deste município, no prazo de 03 (três) dias a contar do recebimento da notificação.

7.2 – A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato pelo não cumprimento do prazo fixado neste edital, ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual.

7.3 – A multa a que se refere o item anterior será descontada dos pagamentos devidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA /MA, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções já previstas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Independentemente do que está definido neste Termo de Referência, caberá ainda a Empresa Contratada a realização das seguintes atividades:

I - Organizar um conjunto de equipes de campo disponibilizadas aos serviços, devidamente qualificadas, uniformizadas e com identidade visual própria, associada à identidade do Município, de modo a evidenciar que os serviços de limpeza urbana no Município estejam sendo realizados pela Empresa Contratada a serviço do Município;

II - Utilizar obrigatoriamente Livro de Ocorrências;

III - Responsabilizar-se pela logística, tanto de equipes, veículos e materiais, de forma a realizar os serviços dentro dos prazos pactuados;

IV - Responsabilizar-se pelo confinamento dos resíduos retirados, sem danos ao meio ambiente, na forma prevista na legislação ambiental vigente;

V - Adotar de todas as medidas de segurança, em consonância com a Norma Regulamentadora nº 18 que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, publicada através da Portaria GM nº 3.214 de 08 de junho de 1978 e posteriores alterações e atualizações publicadas através da Portaria DSST nº 02 de 20 de maio de 1992, das Portarias SSST nº 04 de 04 de julho de 1995, nº 07 de 03 de março de 1997, nº 12 de 06 de maio de 1997, nº 20 de 17 de abril de 1998 e nº 63 de 28 de dezembro de 1998, das Portarias SIT nº 30 de 13 de dezembro de 2000 e de 20 de dezembro de 2001, nº 13 de 09 de julho de 2002, nº 114 de 17 de janeiro de 2005, nº 157 de 10 de abril de 2007, nº 15 de 03 de julho de 2007, nº 40 de 07 de março de 2008 e nº 201 de 21 de janeiro de 2011, bem como com as demais legislações vigentes sobre segurança, medicina e higiene do trabalho;

VI - Os materiais a serem utilizados deverão ser submetidos pela Empresa Contratada para inspeção pelo Município, antes de sua utilização;

VII - Manter sistema de comunicação via celular entre a sede dos serviços da Empresa Contratada, sua viatura de apoio, as equipes de trabalho e a Gerência de Limpeza, permitindo assim maior agilidade nos atendimentos

de urgência e (as capacidades dos aparelhos deverão cobrir as áreas mais distantes do Município);

VIII - Receber as notificações que lhe forem pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
- 9.2.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da contratada;
- 9.3.** Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas neste Termo;
- 9.4.** O Recebimento Definitivo do serviço não poderá ser superior a 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 – Constitui motivo para a rescisão do presente instrumento, independentemente de Notificação Judicial, o descumprimento por qualquer uma das partes, das cláusulas contratuais e as hipóteses previstas nos art. 155 da Lei nº 14.133/21, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias sem prejuízo das sanções legais, inclusive daquelas previstas no art. 156, da Lei supra referida.

10.2 – As penalidades estabelecidas em Lei, não excluem qualquer outra prevista neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

10.3 – O presente contrato poderá ser rescindido, de imediato, por inadimplemento de qualquer das partes, através de simples notificação por escrito, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, e ainda:

a) – Por conveniência da CONTRATANTE, através de manifestação unilateral, espontânea, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, não cabendo à CONTRATADO direito a reclamação ou indenização;

b) – Fica o contrato extinto de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

b.1 – Falência ou liquidação da CONTRATADA;

b.2 – Concordata ou incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou ainda, sua fusão ou cisão, sem prévio e expresso conhecimento do CONTRATANTE;

b.3 – Interrupção ou atraso nos serviços, objeto deste contrato;

b.4 – Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade financeira, ou, ainda, má fé da CONTRATADA;

b.5 – Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar, ou alienar de qualquer forma os direitos decorrentes deste contrato.

10.4 – O presente Contrato poderá ser rescindido, no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios da vontade do CONTRATANTE e que tornem impossível a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Além da cobrança de multa prevista no subitem **7.1**, poderá, ainda, a **CONTRATADA**, sofrer as seguintes sanções:

- I** – Advertência por escrito;
- II** – Multa de 0,01% sobre o valor dos serviços, por dia de atraso na prestação, sem justa causa, dos serviços;
- III** – Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Salgueiro, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – Os serviços constantes nestes contratos serão fiscalizados por servidor ou comissão de servidores designados pela Secretaria de Serviços Públicos, doravante denominados “Fiscalização”, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

12.2 – À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I** – Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.
- II** – Acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
- III** – Encaminhar a **Prefeitura Municipal de ZÉ DOCA** os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento;

12.3 – A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

12.4 – Os serviços constantes neste contrato serão fiscalizados pelo fiscal indicado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, de acordo com o que dispõe o artigo 117 da Lei nº 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Todo o pessoal que for utilizado na execução deste contrato será diretamente vinculado e subordinado à **CONTRATADA**, não tendo com o **CONTRATANTE** nenhuma relação jurídica sobre qualquer título ou fundamento.

13.2 – A **CONTRATADA** não terá direito a qualquer indenização, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste Contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente realizados.

13.3 – As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

13.4 – Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei nº 14.133/21, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de Direito.

13.5 – A CONTRATADA será responsável por todas as obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias, seguros, taxas e impostos, acaso envolvidos, especialmente por qualquer vínculo empregatício que venha a se configurar, inclusive indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

14.1 - Durante a vigência deste contrato não haverá reajuste contratual, salvo venha ser prorrogado de conformidade com a Lei 14.133/21. Os preços contratuais serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do mesmo. Após esse período, os mesmos poderão ser reajustados com periodicidade anual, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, conforme fórmula abaixo:

No caso de ocorrer prorrogação contratual, os preços contratados serão reajustados da seguinte forma:

$$P = PO \times \{0,60 \times (M/Mo) + 0,20 \times (I/Io) + 0,20 \times (C/Co)\}$$

Onde:

P = Preço unitário reajustado;

PO = Preço unitário contratual do serviço (mês de apresentação da proposta);

M = Piso salarial da categoria município, ou acordo de dissídio coletivo de trabalho, no mês do reajuste;

Mo = Piso salarial da categoria município, ou acordo de dissídio coletivo de trabalho, no mês da apresentação da proposta;

I = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – editado pela Fundação Getúlio Vargas, no Mês do Reajustamento;

Io = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, editado pela Fundação Getúlio Vargas, no Mês da apresentação da proposta;

C = Preço do litro do óleo diesel, no município de Salgueiro/PE, no mês do reajustamento;

Co = Preço do litro do óleo diesel, no município de Salgueiro/PE, no mês da apresentação da proposta (valor este incluso na composição de custos)

O presente Contrato poderá sofrer alterações para mais no caso de acréscimos ou para menos no caso de supressão obedecendo ao que dispõe o art. 124 da Lei nº 14.133/21 Estatuto dos Contratos e Licitações Públicas

e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE à CONTRATADA, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o art. 94, da Lei Federal nº 14.133, o contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) seguinte a sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração dos direitos/obrigações, aqui pactuados só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será obrigatoriamente ratificada por Termo Aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TOLERÂNCIAS

Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

14.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de ZÉ DOCA, Estado de Maranhão, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida ou controvérsia resultante do presente Contrato, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, assim, as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo, a todo o ato presente, para os seus legais efeitos.

ZÉ DOCA – MA, ____ de _____ de ____

(ASSINATURAS DO CONTRATANTE, CONTRATADO E TESTEMUNHAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Maranhão
SBC - 02/2026 - Maranhão
SICRO3 - 10/2025 - Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
SETOP - 10/2025 - Minas Gerais

B.D.I.
28,81%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,11%
Mensalista: 71,30%

Planilha Orçamentária Resumida

Item	Descrição	Quant.	Total	Peso (%)
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	1	387.413,28	3,89 %
2	SERVIÇOS PRELIMINARES - LIMPEZA DE ÁREA	1	754.107,90	7,57 %
3	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - CORTE EM JAZIDA E TRANSPORTE	1	4.417.608,27	44,35 %
4	ATERRO E COMPACTAÇÃO	1	3.471.451,47	34,85 %
5	DRENAGEM SUPERFICIAL, ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE TALUDES	1	931.240,00	9,35 %

Total sem BDI 7.740.517,58
Total do BDI 2.221.303,34
Total Geral 9.961.820,92

Isaias dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Engº Civil Isaias dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 -
Maranhão
SBC - 02/2026 - Maranhão
SICRO3 - 10/2025 -
Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe

B.D.I.
28,81%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,11%
Mensalista: 71,30%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1		387.413,28	387.413,28	3,89 %
1.1	PRÓPRIA 6	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	UND	12	11.115,42	14.317,77	171.813,24	1,72 %
1.2	PRÓPRIA 14	Próprio	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	mês	12	13.948,20	17.966,67	215.600,04	2,16 %
2			SERVIÇOS PRELIMINARES - LIMPEZA DE ÁREA		1		754.107,90	754.107,90	7,57 %
2.1	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	110492	0,65	0,83	91.708,36	0,92 %
2.2	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m²	27623	4,74	6,10	168.500,30	1,69 %
2.3	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	13811,5	8,96	11,54	159.384,71	1,60 %
2.4	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	96680,5	2,69	3,46	334.514,53	3,36 %
3			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - CORTE EM JAZIDA E TRANSPORTE		1		4.417.608,27	4.417.608,27	44,35 %
3.1	9899	ORSE	Escavação e carga material jazida	m³	69057,5	14,75	18,99	1.311.401,92	13,16 %
3.2	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	897747,5	2,69	3,46	3.106.206,35	31,18 %
4			ATERRO E COMPACTAÇÃO		1		3.471.451,47	3.471.451,47	34,85 %
4.1	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024	m³	71819,8	1,40	1,80	129.275,64	1,30 %
4.2	02.06.05U	COMPESA	ESPALHAMENTO MANUAL DE MATERIAL PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO DO TERRENO.	m³	17954,95	3,15	4,05	72.717,54	0,73 %
4.3	07.12.010	CPOS/CDHU	COMPACTAÇÃO DE ATERRO MECANIZADO MÍNIMO DE 95% PN, SEM FORNECIMENTO DE SOLO EM ÁREAS FECHADAS	m³	55246	17,12	22,05	1.218.174,30	12,23 %
4.4	RO-00229	SETOP	Compactação manual com placa vibratória	m³	13811,5	2,15	2,76	38.119,74	0,38 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

4.5	02.05.53U	COMPESA	ATERRO COM AREIA EM CAMADAS DE ATÉ 20 CM DE ESPESSURA, UTILIZANDO-SE O PROCESSO MECÂNICO LEVE PARA COMPACTAÇÃO, INCLUSIVE ADENSAMENTO HIDRÁULICO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE (POSTO OBRA).	m³	6905,75	112,16	144,47	997.673,70	10,01 %
4.6	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	293494,38	2,69	3,46	1.015.490,55	10,19 %
5			DRENAGEM SUPERFICIAL, ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE TALUDES		1		931.240,00	931.240,00	9,35 %
5.1	171215	SBC	CANAleta ABERTA AGUAS PLUVIAIS 0,15x0,70m	M	500	158,28	203,88	101.940,00	1,02 %
5.2	172082	SBC	MEIO-FIO RETO CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	M	1000	39,92	51,42	51.420,00	0,52 %
5.3	C3065	SEINFRA	DESCIDA D'ÁGUA DE CONCRETO ARMADO PADRÃO DERT	M	500	203,06	261,56	130.780,00	1,31 %
5.4	C1431	SEINFRA	GRAMA EM PLACAS.INCLUSIVE CONSERVAÇÃO	m²	2000	24,73	31,85	63.700,00	0,64 %
5.5	4955	ORSE	Rip-Rap - saco solo cimento, com capacidade para 0,07m³ de material adensado,nas dimensões aproximadas de 0,60x0,58x0,20m, com taxa de 10% de cimento, inclusive fornecimento de todos os materiais, dosagem, mistura, acondicionamento, costura e transp	un	10000	27,67	35,64	356.400,00	3,58 %
5.6	C1808	SEINFRA	MURO DE ARRIMO C/ BLOCOS DE CONCRETO ARTICULADO (30X15X28)cm	m²	500	352,46	454,00	227.000,00	2,28 %

Total sem BDI	7.740.517,58
Total do BDI	2.221.303,34
Total Geral	9.961.820,92

Isaias dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Eng° Civil Isaias dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Maranhão
SBC - 02/2026 - Maranhão
SICRO3 - 10/2025 - Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
SETOP - 10/2025 - Minas Gerais

B.D.I.
28,81%

Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,11%
Mensalista: 71,30%

Planilha Orçamentária Analítica

1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					387.413,28	
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	PRÓPRIA 6	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	UND	1,0000000	11.115,42	11.115,42	
Insumo	COMP-03	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	Transporte	UND	1,0000000	11.115,42	11.115,42	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	3.202,35			Valor com BDI =>	14.317,77
						Quant. =>	12,00	Preço Total =>	171.813,24

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	PRÓPRIA 14	Próprio	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	mês	1,0000000	13.948,20	13.948,20	
Composição Auxiliar	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	MES	0,5978025	5.876,59	3.513,04	
Composição Auxiliar	93565	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	MES	0,2960393	24.359,17	7.211,27	
Composição Auxiliar	93564	SINAPI	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	MES	0,2617760	6.753,95	1.768,02	
Composição Auxiliar	101460	SINAPI	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	MES	0,3824198	3.807,02	1.455,87	
				MO sem LS =>	7.337,59	LS =>	5.231,71	MO com LS =>	12.569,30
				Valor do BDI =>	4.018,47			Valor com BDI =>	17.966,67
						Quant. =>	12,00	Preço Total =>	215.600,04

2			SERVIÇOS PRELIMINARES - LIMPEZA DE ÁREA					754.107,90
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	1,0000000	0,65	0,65
Composição Auxiliar	88441	SINAPI	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0046000	23,22	0,10

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Composição Auxiliar	89032	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0017000	198,64	0,33	
Composição Auxiliar	89031	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0029000	76,70	0,22	
				MO sem LS =>	0,07	LS =>	0,09	MO com LS =>	0,16
				Valor do BDI =>	0,18			Valor com BDI =>	0,83
						Quant. ==>	110.492,00	Preço Total ==>	91.708,36

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	1,0000000	4,74	4,74	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2132000	22,24	4,74	
				MO sem LS =>	1,60	LS =>	1,83	MO com LS =>	3,43
				Valor do BDI =>	1,36	Valor com BDI =>		6,10	
						Quant. =>	27.623,00	Preço Total =>	168.500,30

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	1,0000000	8,96	8,96	
Composição Auxiliar	5631	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0083000	209,72	1,74	
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0198000	267,62	5,29	
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0138000	75,18	1,03	
Composição Auxiliar	5632	SINAPI	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 0,80 M3, PESO OPERACIONAL 17 T, POTENCIA BRUTA 111 HP - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0105000	86,55	0,90	
				MO sem LS =>	0,57	LS =>	0,67	MO com LS =>	1,24
				Valor do BDI =>	2,58			Valor com BDI =>	11,54

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Quant. => 13.811,50 Preço Total => 159.384,71

2.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,0000000	2,69	2,69	
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0090000	267,62	2,40	
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0039000	75,18	0,29	
				MO sem LS =>	0,15	LS =>	0,18	MO com LS =>	0,33
				Valor do BDI =>	0,77			Valor com BDI =>	3,46
						Quant. =>	96.680,50	Preço Total =>	334.514,53

3			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - CORTE EM JAZIDA E TRANSPORTE					4.417.608,27	
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	9899	ORSE	Escavação e carga material jazida	Escavação Mecanizada em Campo Aberto		m³	1,0000000	14,75	14,75
Item	Código	Banco	Equipamentos de Custo Unitário	Quantidade	Utilização.		Custo Horário		Custo Horário Total
					Produtiva	Improdutiva	Produtiva	Improdutiva	
Insumo	4242	ORSE	Motoniveladora com escarificador (cat - 120H - 0 hp ou equivalente)	0,0200000	0,0048	0,0152	223,75	55,31	1,91
Insumo	2501	ORSE	Trator esteira (cat - d6m - xl - 163-6a nacional 140,0 hp ou equivalente)	0,0200000	0,02	0	273,07	74,51	5,46
Insumo	4244	ORSE	Pa carregadeira sobre pneus Caterpillar - 924 G	0,0200000	0,0112	0,0088	177,95	44,39	2,38
Item	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	9898	ORSE	Expurgo de jazida (consv)	Desmatamento e Limpeza		m³	0,2000000	9,93	1,98
Composição	9897	ORSE	Limpeza de camada vegetal em jazida (conserv)	Desmatamento e Limpeza		m²	0,7000000	1,81	1,26
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra		h	0,0600000	14,58	0,87
Composição		10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios		h	0,0600000	3,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Insumo	6671	ORSE	Encarregado de pavimentação - SICRO	Mão de Obra	h	0,0200000	32,21	0,64	
Detalhamento de Cálculo ORSE									
Item	Código	Banco	Equipamentos de Custo Unitário	Quantidade	Utilização.		Custo Horário		Custo Horário Total
					Produtiva	Improdutiva	Produtiva	Improdutiva	
Insumo	4242	ORSE	Motoniveladora com escarificador (cat - 120H - 0 hp ou equivalente)	0,0200000	0,0048	0,0152	223,75	55,31	1,91
Insumo	2501	ORSE	Trator esteira (cat - d6m - xl - 163-6a nacional 140,0 hp ou equivalente)	0,0302962	0,02	0	273,07	74,51	8,27
Insumo	4244	ORSE	Pa carregadeira sobre pneus Caterpillar - 924 G	0,0200000	0,0112	0,0088	177,95	44,39	2,38
Item	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00006111/SIN6671	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra		h	0,0805925	14,58	1,17
Insumo		ORSE	Encarregado de pavimentação - SICRO	Mão de Obra		h	0,0230889	32,21	0,74
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços		un	0,0003628	12,54	0,00
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	Material		un	0,0000161	36,90	0,00
Insumo	00012894/SIN2378	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material		un	0,0000161	20,11	0,00
Insumo		ORSE	Vale transporte	Material		un	0,0075863	4,50	0,03
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material		un	0,0001451	18,00	0,00
Insumo	00002711/SIN4729	ORSE	Carrinho de mao, em aco, com capacidade de *45 a 65* l / *100* kg, pneu com camara	Material		un	0,0000161	195,80	0,00
Insumo		ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material		un	0,0000081	37,80	0,00
Insumo	00012893/SIN158	ORSE	Bota de seguranca com biqueira de aco e colarinho acolchoado	Material		par	0,0000645	73,93	0,00
Insumo		ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material		un	0,0082071	14,00	0,11
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços		cj	0,0000322	300,00	0,00
Insumo	00012892/SIN10761	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material		par	0,0001854	10,87	0,00
Insumo		ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços		un	0,0082071	5,00	0,04
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material		un	0,0003628	4,81	0,00
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10"	Material		un	0,0000242	18,58	0,00
Insumo	00012895/SIN	ORSE	Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material		un	0,0000484	13,50	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0003628	205,00	0,07	
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0000645	6,00	0,00	
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0001209	193,04	0,02	
				MO sem LS =>	0,89	LS =>	1,02	MO com LS =>	1,91
				Valor do BDI =>	4,24			Valor com BDI =>	18,99
						Quant. =>	69.057,50	Preço Total =>	1.311.401,92

3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais		M3XKM	1,0000000	2,69	2,69
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos		CHP	0,0090000	267,62	2,40
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos		CHI	0,0039000	75,18	0,29
				MO sem LS =>	0,15	LS =>	0,18	MO com LS =>	0,33
				Valor do BDI =>	0,77			Valor com BDI =>	3,46
						Quant. =>	897.747,50	Preço Total =>	3.106.206,35

4			ATERRO E COMPACTAÇÃO					3.471.451,47	
4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024	Aterros, Bases, Sub bases e Imprimações	m³	1,0000000	1,40	1,40	
Composição Auxiliar	5851	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LÂMINA 3,18 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0025226	261,81	0,66	
Composição Auxiliar	5853	SINAPI	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LÂMINA 3,18 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0061034	91,05	0,55	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0086260	22,24	0,19	
				MO sem LS =>	0,14	LS =>	0,18	MO com LS =>	0,32
				Valor do BDI =>	0,40			Valor com BDI =>	1,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Quant. => 71.819,80 Preço Total => 129.275,64

4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02.06.05U	COMPESA	ESPALHAMENTO MANUAL DE MATERIAL PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO DO TERRENO.	0	m³	1,0000000	3,15	3,15	
Insumo	SINAPI/88316	COMPESA	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Serviços	H	0,1500000	21,05	3,15	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,90			Valor com BDI =>	4,05
						Quant. =>	17.954,95	Preço Total =>	72.717,54

4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	07.12.010	CPOS/CDH U	COMPACTAÇÃO DE ATERRO MECANIZADO MÍNIMO DE 95% PN, SEM FORNECIMENTO DE SOLO EM ÁREAS FECHADAS	7,12	m³	1,0000000	17,12	17,12	
Insumo	S.01.000.080330	CPOS/CDH U	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM PÉ DE CARNEIRO EM AÇO, POTÊNCIA 121 A 127HP (90 A 93 KW), REF. CA25PD DYNAPAC OU EQUIVALENTE	Material	h	0,0092000	380,76	3,50	
Insumo	S.01.000.0803	CPOS/CDH U	TRATOR SOBRE ESTEIRAS POTÊNCIA 76 A 88HP (56 A 64,9KW), REF. D4 DA KOMATSU OU EQUIVALENTE	Material	h	0,0100000	289,16	2,89	
Insumo	S.01.000.080337	CPOS/CDH U	ROLO COMPACTADOR AUTOPROPELIDO, VIBRATÓRIO EM AÇO, CILINDROS LISOS EM TANDEM, POTÊNCIA 80 HP (59 KW); REF. CC21 DYNAPAC 6 TONELADAS OU EQUIVALENTE	Material	h	0,0211000	191,24	4,03	
Insumo	S.01.000.0801	CPOS/CDH U	CAMINHÃO COM IRRIGADEIRA E AUTOBOMBA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 6.000 LITROS - COND.D	Material	h	0,0211000	219,71	4,63	
Insumo	B.01.000.0101	CPOS/CDH U	SERVENTE	Mão de Obra	h	0,0211000	22,71	0,47	
Insumo	S.01.000.080332	CPOS/CDH U	MOTONIVELADORA COM ESCARIFICADOR POTÊNCIA 140HP (104KW), REF. CAT 120H DA CATERPILLAR OU EQUIVALENTE	Material	h	0,0053000	302,10	1,60	
				MO sem LS =>	0,21	LS =>	0,26	MO com LS =>	0,47
				Valor do BDI =>	4,93	Valor com BDI =>		22,05	
						Quant. =>	55.246,00	Preço Total =>	1.218.174,30

4.4	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	RO-00229	SETOP	Compactação manual com placa vibratória	RO-		m³	1,0000000	2,15	2,15
A	Código	Banco	Equipamentos	Quantidade	Utilização		Custo Horário		Custo Horário
					Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Total
Insumo	EQRO-1508	SETOP	Compactador manual com placa vibratória - 4,40 kW	1,0000000	1,00	0,00	9,4000	0,7700	9,4000

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Custo horário total de equipamentos 9,4047

B	Código	Banco	Mão de Obra	Quantidade	Custo Horário				Custo Horário
Insumo	MORO-1678	SETOP	Servente	1,0000000				22,04	22,04

Adicional de Mão de obra (%) 0,0000

Custo horário total de mão de obra 22,0391

Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C) 31,4438

(D) Produção de Equipe 14,94

(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D) 2,1047

H	Momento de	Banco	Descrição	Quantidade	Distância Média de Transporte (DMT)				Custo Horário
					LN	RP	P	FE	

Custo total de transporte 0

MO sem LS => 0,68 LS => 0,80 MO com LS => 1,48

Valor do BDI => 0,61 Valor com BDI => 2,76

Quant. => 13.811,50 Preço Total => 38.119,74

4.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	02.05.53U	COMPESA	ATERRO COM AREIA EM CAMADAS DE ATÉ 20 CM DE ESPESSURA, UTILIZANDO-SE O PROCESSO MECÂNICO LEVE PARA COMPACTAÇÃO, INCLUSIVE ADENSAMENTO HIDRÁULICO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE (POSTO OBRA).	0	m³	1,0000000	112,16	112,16	
Insumo	SINAPI/000003	COMPESA	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	1,1500000	64,50	74,17	
Insumo	SINAPI/91277	COMPESA	PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRÍFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	Serviços	CHP	0,1500000	10,36	1,55	
Insumo	SINAPI/6259	COMPESA	CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Serviços	CHP	0,0800000	259,90	20,79	
Insumo	SINAPI/88316	COMPESA	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Serviços	H	0,4700000	21,05	9,89	
Insumo	SINAPI/5680	COMPESA	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA LÍQ. 79 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,20 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.570 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	Serviços	CHP	0,0400000	144,05	5,76	
MO sem LS =>					0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>					32,31			Valor com BDI =>	144,47

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Quant. => 6.905,75 Preço Total => 997.673,70

4.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1,0000000	2,69	2,69	
Composição Auxiliar	91386	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0090000	267,62	2,40	
Composição Auxiliar	91387	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHI DIURNO. AF_06/2014	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0039000	75,18	0,29	
				MO sem LS =>	0,15	LS =>	0,18	MO com LS =>	0,33
				Valor do BDI =>	0,77			Valor com BDI =>	3,46
						Quant. =>	293.494,38	Preço Total =>	1.015.490,55

5			DRENAGEM SUPERFICIAL, ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE TALUDES					931.240,00	
5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo		Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	171215	SBC	CANALETA ABERTA AGUAS PLUVIAIS 0,15x0,70m	PAVIMENTACOES EXTERNAS		M	1,0000000	158,28	158,28
Insumo	000200	SBC	PEDRA BRITADA #1 E 2	Material		m³	0,0900000	108,35	9,75
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra		H	3,1730000	15,66	49,67
Insumo	000100	SBC	AREIA GROSSA LAVADA	Material		m³	0,0700000	162,09	11,34
Insumo	000050	SBC	CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material		KG	34,2100000	0,98	33,52
Insumo	099050	SBC	PEDREIRO	Mão de Obra		H	2,6950000	20,04	54,00
				MO sem LS =>	48,41	LS =>	55,26	MO com LS =>	103,67
				Valor do BDI =>	45,60			Valor com BDI =>	203,88
						Quant. =>	500,00	Preço Total =>	101.940,00

5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
-----	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Composição	172082	SBC	MEIO-FIO RETO CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	URBANIZACAO	M	1,0000000	39,92	39,92		
Insumo	001250	SBC	MADEIRA - TABUA TERCEIRA QUALIDADE NAO APARELHADA PINUS OU SIMILAR	Material	M	0,3590000	13,58	4,87		
Insumo	099050	SBC	PEDREIRO	Mão de Obra	H	0,1660000	20,04	3,32		
Insumo	000100	SBC	AREIA GROSSA LAVADA	Material	m³	0,0230000	162,09	3,72		
Insumo	000050	SBC	CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material	KG	13,1000000	0,98	12,83		
Insumo	000200	SBC	PEDRA BRITADA #1 E 2	Material	m³	0,0370000	108,35	4,00		
Insumo	001350	SBC	PONTALETE 7,5x7,5cm (3x3") PERNA/BARROTE/ESTRONCA	Material	M	0,1090000	8,74	0,95		
Insumo	099900	SBC	SERVENTE	Mão de Obra	H	0,6540000	15,66	10,23		
					MO sem LS =>	6,32	LS =>	7,23	MO com LS =>	13,55
					Valor do BDI =>	11,50			Valor com BDI =>	51,42
							Quant. =>	1.000,00	Preço Total =>	51.420,00

5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C3065	SEINFRA	DESCIDA D'ÁGUA DE CONCRETO ARMADO PADRÃO DERT	0	M	1,0000000	203,06	203,06	
Composição Auxiliar	C3269	SEINFRA	CONCRETO P/VIBR., FCK=13,5MPa COM AGREGADO PRODUZIDO (S/TRANSP.)	0	m³	0,0770000	447,72	34,47	
Composição Auxiliar	C1405	SEINFRA	FORMA PLANA CHAPA COMPENSADA RESINADA, ESP.= 12mm UTIL. 3 X	0	m²	0,8500000	146,44	124,47	
Composição Auxiliar	C0214	SEINFRA	ARMADURA CA-25 MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	0	KG	1,8500000	14,02	25,93	
Composição Auxiliar	C0588	SEINFRA	CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL	0	m²	1,1000000	5,81	6,39	
Composição Auxiliar	C2784	SEINFRA	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1.50m	0	m³	0,2200000	53,68	11,80	
				MO sem LS =>	42,22	LS =>	48,18	MO com LS =>	90,40
				Valor do BDI =>	58,50			Valor com BDI =>	261,56
						Quant. =>	500,00	Preço Total =>	130.780,00

5.4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	C1431	SEINFRA	GRAMA EM PLACAS.INCLUSIVE CONSERVAÇÃO	0	m²	1,0000000	24,73	24,73
Insumo	I0780	SEINFRA	TRATOR DE PNEUS (CHP)	Equipamento	H	0,0009000	127,14	0,11
Insumo	I2077	SEINFRA	TERRA VEGETAL	Material	m³	0,0750000	136,69	10,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Insumo	I0706	SEINFRA	CAMINHÃO TANQUE 6.000 l (CHP)	Equipamento	H	0,0084000	184,89	1,55	
Insumo	I0037	SEINFRA	AJUDANTE	Mão de Obra	H	0,2460000	21,10	5,19	
Insumo	I2294	SEINFRA	ÁGUA	Material	m³	0,0450000	5,97	0,26	
Insumo	I1225	SEINFRA	GRAMA TIPO BATATAIS EM PLACA	Material	m²	0,9000000	8,19	7,37	
				MO sem LS =>	2,42	LS =>	2,77	MO com LS =>	5,19
				Valor do BDI =>	7,12			Valor com BDI =>	31,85
						Quant. =>	2.000,00	Preço Total =>	63.700,00

5.5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	4955	ORSE	Rip-Rap - saco solo cimento, com capacidade para 0,07m³ de material adensado, nas dimensões aproximadas de 0,60x0,58x0,20m, com taxa de 10% de cimento, inclusive fornecimento de todos os materiais, dosagem, mistura, acondicionamento, costura e transp	Aterros / Reaterros / Compactações	un	1,0000000	27,67	27,67
Item	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,2500000	14,58	3,64
Insumo	00004011/SIN	ORSE	Geotextil nao tecido agulhado de filamentos continuos 100% poliester, resistencia a tracao = 10 kn/m	Material	m²	0,3200000	10,98	3,51
Insumo	203	ORSE	Arenoso adquirido em depósito, frete incluso (Arenoso Comercial)	Material	m³	0,0640000	144,00	9,21
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,2500000	3,86	0,96
Insumo	00004750/SIN	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,0500000	20,44	1,02
Composição	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,0500000	3,73	0,18
Insumo	00001379/SIN	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	11,5000000	0,80	9,20

Detalhamento de Cálculo ORSE

Item	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,2500000	14,58	3,64
Insumo	00004011/SIN	ORSE	Geotextil nao tecido agulhado de filamentos continuos 100% poliester, resistencia a tracao = 10 kn/m	Material	m²	0,3200000	10,98	3,51
Insumo	203	ORSE	Arenoso adquirido em depósito, frete incluso (Arenoso Comercial)	Material	m³	0,0640000	144,00	9,21
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0013500	12,54	0,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	Material	un	0,0000500	36,90	0,00
Insumo	00012894/SIN	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0000600	20,11	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,0267950	4,50	0,12
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0005400	18,00	0,00
Insumo	00002711/SIN	ORSE	Carrinho de mao, em aco, com capacidade de *45 a 65* l / *100* kg, pneu com camara	Material	un	0,0000500	195,80	0,00
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,0000250	37,80	0,00
Insumo	00012893/SIN	ORSE	Bota de seguranca com biqueira de aco e colarinho acolchoado	Material	par	0,0002400	73,93	0,01
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,0305400	14,00	0,42
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0001200	300,00	0,03
Insumo	00012892/SIN	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0006900	10,87	0,00
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,0305400	5,00	0,15
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0013500	4,81	0,00
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10"	Material	un	0,0000750	18,58	0,00
Insumo	00012895/SIN	ORSE	Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0001800	13,50	0,00
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0013500	205,00	0,27
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0002400	6,00	0,00
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0004500	193,04	0,08
Insumo	00004750/SIN	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,0500000	20,44	1,02
Insumo	11264	ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	Material	un	0,0000100	13,52	0,00
Insumo	11243	ORSE	Martelo sem unha	Material	un	0,0000050	28,00	0,00
Insumo	10790	ORSE	Prumo de face	Material	un	0,0000050	25,95	0,00
Insumo	11265	ORSE	Martelo de borracha com cabo	Material	un	0,0000200	18,75	0,00
Insumo	10789	ORSE	Nível de bolha de madeira	Material	un	0,0000100	15,40	0,00
Insumo	4722	ORSE	Colher de pedreiro	Material	un	0,0000200	18,80	0,00
Insumo	11247	ORSE	Serra mármore	Material	un	0,0000050	319,90	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Insumo	4174	ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	Material	un	0,0000250	12,90	0,00	
Insumo	11245	ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	Material	un	0,0000350	11,60	0,00	
Insumo	11246	ORSE	Escala métrica de bambú	Material	Un	0,0000350	10,22	0,00	
Insumo	10282	ORSE	Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	Material	un	0,0000100	44,00	0,00	
Insumo	00001379/SIN	ORSE	Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	11,5000000	0,80	9,20	
				MO sem LS =>	2,17	LS =>	2,49	MO com LS =>	4,66
				Valor do BDI =>	7,97			Valor com BDI =>	35,64
					Quant. =>	10.000,00	Preço Total =>	356.400,00	

5.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total		
Composição	C1808	SEINFRA	MURO DE ARRIMO C/ BLOCOS DE CONCRETO ARTICULADO (30X15X28)cm	0	m²	1,0000000	352,46	352,46		
Insumo	I0109	SEINFRA	AREIA MEDIA	Material	m³	0,0400000	83,58	3,34		
Insumo	I0235	SEINFRA	BLOCO DE CONCRETO ARTICULADO 15X28X30CM	Material	UN	24,0000000	5,52	132,48		
Insumo	I0805	SEINFRA	CIMENTO PORTLAND	Material	KG	15,0000000	0,71	10,65		
Insumo	I2543	SEINFRA	SERVENTE	Mão de Obra	H	7,0000000	20,26	141,82		
Insumo	I0280	SEINFRA	BRITA	Material	m³	0,1040000	100,50	10,45		
Insumo	I2391	SEINFRA	PEDREIRO	Mão de Obra	H	2,0000000	26,86	53,72		
					MO sem LS =>	91,32	LS =>	104,22	MO com LS =>	195,54
					Valor do BDI =>	101,54			Valor com BDI =>	454,00
						Quant. =>	500,00	Preço Total =>		227.000,00

Total sem BDI 7.740.517,58
Total do BDI 2.221.303,34
Total Geral 9.961.820,92

Isaias dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

Engº Civil Isaías dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3

Avenida Militar - Vila do Bec - Zé Doca / MA
(98) 93655-3645 /

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Maranhão
SBC - 02/2026 - Maranhão
SICRO3 - 10/2025 - Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
SETOP - 10/2025 - Minas Gerais

Curva ABC de Insumos

Código	Banco	Grupo	Descrição	Tipo	Und	Quantidade	Valor		Total			Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado	
							Improdutiva	Operativa							
00004221	SINAPI		OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	287.229,639029		7,64	2.193.984,35		2.193.984,35	22,02%	2.193.984,35	22,02%	
00037758	SINAPI		CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	1,6839445		902.969,68	1.520.550,82		1.520.550,82	15,26%	3.714.535,17	37,29%	
SINAPI/0000020020	COMPESA		AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	7.941,6125000		83,08	659.808,62		659.808,62	6,62%	4.374.343,80	43,91%	
	SINAPI		MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	17.165,1934714		33,00	566.470,64		566.470,64	5,69%	4.940.814,44	49,60%	
2501	ORSE		Trator esteira (cat - d6m - xl - 163-6a nacional 140,0 hp ou equivalente)	Equipamento	h	1.381,1500000	0,0000000	253,38	74,51	349.958,76	0,00	349.958,76	3,51%	5.290.773,20	53,11%
S.01.000.08 U	CPOS/CDH		CAMINHÃO COM IRRIGADEIRA E AUTOBOMBA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 6.000 LITROS - COND.D	Material	h	1.165,6906000		283,01		329.900,29		329.900,29	3,31%	5.620.673,49	56,42%
S.01.000.08 U 0337	CPOS/CDH		ROLO COMPACTADOR AUTOPROPELIDO, VIBRATÓRIO EM AÇO, CILINDROS LISOS EM TANDEM, POTÊNCIA 80 HP (59 KW); REF. CC21 DYNAPAC 6 TONELADAS OU EQUIVALENTE	Material	h	1.165,6906000		246,34		287.151,84		287.151,84	2,88%	5.907.825,33	59,30%
00037734	SINAPI		CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	2,3872427		104.767,67		250.105,85		250.105,85	2,51%	6.157.931,18	61,82%
S.01.000.08 U 0330	CPOS/CDH		ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM PÉ DE CARNEIRO EM AÇO, POTÊNCIA 121 A 127HP (90 A 93 KW), REF. CA25PD DYNAPAC OU EQUIVALENTE	Material	h	508,2632000		490,46		249.281,22		249.281,22	2,50%	6.407.212,40	64,32%
S.01.000.08 U	CPOS/CDH		TRATOR SOBRE ESTEIRAS POTÊNCIA 76 A 88HP (56 A 64,9KW), REF. D4 DA KOMATSU OU EQUIVALENTE	Material	h	552,4600000		372,47		205.773,12		205.773,12	2,07%	6.612.985,52	66,38%
SINAPI/6259	COMPESA		CAMINHÃO PIPA 6.000 L, PESO BRUTO TOTAL 13.000 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 189 CV INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, CAPACIDADE 6 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014	Serviços	CHP	552,4600000		334,78		184.951,01		184.951,01	1,86%	6.797.936,52	68,24%
COMP-03	Próprio		MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	Transporte	UND	12,0000000		14.317,77		171.813,27		171.813,27	1,72%	6.969.749,79	69,96%
SINAPI/8834244	COMPESA		SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Serviços	H	5.938,9450000		27,11		161.031,55		161.031,55	1,62%	7.130.781,35	71,58%
	ORSE		Pa carregadeira sobre pneus Caterpillar - 924 G	Equipamento	h	773,4440000	607,7060000	170,98	44,39	132.245,31	26.976,07	159.221,38	1,60%	7.290.002,72	73,18%
00006111/SI00006111	ORSE		Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	8.065,5158782		18,78		151.474,40		151.474,40	1,52%	7.441.477,13	74,70%
	SINAPI		SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	6.646,7265081		20,31		135.017,20		135.017,20	1,36%	7.576.494,32	76,06%
203	ORSE		Arenoso adquirido em depósito, frete incluso (Arenoso Comercial)	Material	m³	640,0000000		185,49		118.711,30		118.711,30	1,19%	7.695.205,62	77,25%
	ORSE		Cimento portland composto cp ii-32	Material	kg	115.000,0000000		1,03		118.505,20		118.505,20	1,19%	7.813.710,82	78,44%
00001379/SI4242	ORSE		Motoniveladora com escarificador (cat - 120H - 0 hp ou equivalente)	Equipamento	h	331,4760000	1.049,6740000	178,58	55,31	59.195,71	58.057,47	117.253,18	1,18%	7.930.964,00	79,61%
S.01.000.08 U 0332	CPOS/CDH		MOTONIVELADORA COM ESCARIFICADOR POTÊNCIA 140HP (104KW), REF. CAT 120H DA CATERPILLAR OU EQUIVALENTE	Material	h	292,8038000		389,14		113.940,21		113.940,21	1,14%	8.044.904,21	80,76%
00040811	SINAPI		ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	3,5524716		30.402,69		108.004,69		108.004,69	1,08%	8.152.908,90	81,84%
I2543	SEINFRA		SERVENTE	Mão de Obra	H	4.050,9910435		26,10		105.718,33		105.718,33	1,06%	8.258.627,23	82,90%
I0235	SEINFRA		BLOCO DE CONCRETO ARTICULADO 15X28X30CM	Material	UN	12.000,0000000		7,11		85.323,74		85.323,74	0,86%	8.343.950,97	83,76%
00037370	SINAPI		ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	25.482,7064916		2,83		72.213,40		72.213,40	0,72%	8.416.164,38	84,48%
00007624	SINAPI		TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 150 HP, PESO OPERACIONAL DE 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LAMINA COM CONTATO DE 3,18M3	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0378276		1.803.340,00		68.216,00		68.216,00	0,68%	8.484.380,38	85,17%
6671	ORSE		Encarregado de pavimentação - SICRO	Mão de Obra	h	1.594,4596400		41,49		66.153,65		66.153,65	0,66%	8.550.534,03	85,83%
SINAPI/5680	COMPESA		RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X2, POTÊNCIA LÍQ. 79 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,20 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.570 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	Serviços	CHP	276,2300000		185,55		51.254,70		51.254,70	0,51%	8.601.788,73	86,35%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

00007622	SINAPI		TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, COM LAMINA COM CAPACIDADE DE 2,19 M3	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0332139		1.391.042,38		46.201,94		46.201,94	0,46%	8.647.990,67	86,81%
00040818	SINAPI		ENCARREGADO GERAL DE OBRAS (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	7,1736300		6.393,15		45.862,09		45.862,09	0,46%	8.693.852,75	87,27%
00004011/SI 099900	ORSE		Geotextil nao tecido agulhado de filamentos continuos 100% poliester, resistencia a tracao = 10 kn/m	Material	m²	3.200,0000000		14,14		45.258,68		45.258,68	0,45%	8.739.111,44	87,73%
	SBC		SERVENTE	Mão de Obra	H	2.240,5000000		20,17		45.185,71		45.185,71	0,45%	8.784.297,14	88,18%
00037372	SINAPI		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	25.482,7064916		1,75		44.641,01		44.641,01	0,45%	8.828.938,16	88,63%
099050	SBC		PEDREIRO	Mão de Obra	H	1.513,5000000		25,81		39.067,14		39.067,14	0,39%	8.868.005,30	89,02%
000050	SBC		CIMENTO PORTLAND CP III 32RS NBR 11578 (quilo)	Material	KG	30.205,0000000		1,26		38.128,92		38.128,92	0,38%	8.906.134,22	89,40%
I2391	SEINFRA		PEDREIRO	Mão de Obra	H	1.000,0000000		34,60		34.598,37		34.598,37	0,35%	8.940.732,58	89,75%
B.01.000.01 U 00004230	CPOS/CDH		SERVENTE	Mão de Obra	h	1.165,6906000		29,25		34.099,66		34.099,66	0,34%	8.974.832,24	90,09%
	SINAPI		OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H	1.140,7953852		29,66		33.841,63		33.841,63	0,34%	9.008.673,87	90,43%
00010685	SINAPI		ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, CACAMBA 0,80M3, PESO OPERACIONAL 17T, POTENCIA BRUTA 111HP	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0264081		1.091.517,71		28.824,95		28.824,95	0,29%	9.037.498,82	90,72%
I2077	SEINFRA		TERRA VEGETAL	Material	m³	150,0000000		176,07		26.410,56		26.410,56	0,27%	9.063.909,38	90,99%
MORO-1678	SETOP		Servente	Mão de Obra	H	924,4645248		28,39		26.244,22		26.244,22	0,26%	9.090.153,60	91,25%
00040810	SINAPI		APONTADOR OU APROPRIADOR DE MAO DE OBRA (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	3,1413120		7.640,71		24.001,86		24.001,86	0,24%	9.114.155,47	91,49%
I0498	SEINFRA		CARPINTEIRO	Mão de Obra	H	573,7500000		34,60		19.850,81		19.850,81	0,20%	9.134.006,28	91,69%
00043488	SINAPI		EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	18.465,7020968		1,07		19.742,11		19.742,11	0,20%	9.153.748,39	91,89%
I1225	SEINFRA		GRAMA TIPO BATATAIS EM PLACA	Material	m²	1.800,0000000		10,55		18.989,17		18.989,17	0,19%	9.172.737,56	92,08%
I1691	SEINFRA		PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	Material	M	850,0000000		20,73		17.616,70		17.616,70	0,18%	9.190.354,26	92,26%
I0805	SEINFRA		CIMENTO PORTLAND	Material	KG	18.357,0000000		0,91		16.788,41		16.788,41	0,17%	9.207.142,67	92,42%
00037371	SINAPI		TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	25.482,7064916		0,66		16.740,38		16.740,38	0,17%	9.223.883,05	92,59%
00041096	SINAPI		VIGIA DIURNO (MENSALISTA)	Mão de Obra	MES	4,5890376		3.577,63		16.417,89		16.417,89	0,16%	9.240.300,94	92,76%
158	ORSE		Almoço (Participação do empregador)	Material	un	872,1629132		18,03		15.728,06		15.728,06	0,16%	9.256.029,00	92,92%
I0041	SEINFRA		AJUDANTE DE CARPINTEIRO	Mão de Obra	H	573,7500000		27,18		15.593,90		15.593,90	0,16%	9.271.622,90	93,07%
SINAPI/912 77	COMPESA		PLACA VIBRATÓRIA REVERSÍVEL COM MOTOR 4 TEMPOS A GASOLINA, FORÇA CENTRIFUGA DE 25 KN (2500 KGF), POTÊNCIA 5,5 CV - CHP DIURNO. AF_08/2015	Serviços	CHP	1.035,8625000		13,34		13.823,29		13.823,29	0,14%	9.285.446,19	93,21%
	SEINFRA		AJUDANTE	Mão de Obra	H	492,0000000		27,18		13.372,02		13.372,02	0,13%	9.298.818,22	93,34%
00004750/SI 000100	ORSE		Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	500,0000000		26,33		13.164,38		13.164,38	0,13%	9.311.982,60	93,48%
	SBC		AREIA GROSSA LAVADA	Material	m³	58,0000000		208,79		12.109,71		12.109,71	0,12%	9.324.092,31	93,60%
I0157	SEINFRA		AÇO CA-25	Material	KG	1.110,0000000		10,60		11.767,18		11.767,18	0,12%	9.335.859,49	93,72%
00043491	SINAPI		EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	6.508,7411948		1,78		11.569,80		11.569,80	0,12%	9.347.429,29	93,83%
000200	SBC		PEDRA BRITADA #1 E 2	Material	m³	82,0000000		139,57		11.444,38		11.444,38	0,11%	9.358.873,67	93,95%
EQRO-1508 I1916	SETOP		Compactador manual com placa vibratória - 4,40 kW	Equipamento	H	924,4645248	0,0000000	12,11	0,77	11.199,14	0,00	11.199,14	0,11%	9.370.072,81	94,06%
00044503	SEINFRA		TABUA DE 1" DE 3A. - L = 30cm	Material	M	680,0000000		16,45		11.185,35		11.185,35	0,11%	9.381.258,16	94,17%
	SINAPI		JARDINEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	510,8502597		21,78		11.127,22		11.127,22	0,11%	9.392.385,38	94,28%
10492	ORSE		Cesta Básica	Material	un	38,5533704		264,06		10.180,42		10.180,42	0,10%	9.402.565,80	94,39%
00040862	SINAPI		ALIMENTACAO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	18,4564512		474,55		8.758,49		8.758,49	0,09%	9.411.324,29	94,47%
I0529	SEINFRA		CHAPA COMPENSADO RESINADO 12MM (1.10 X 2.20M)	Material	m²	182,7500000		46,31		8.462,64		8.462,64	0,08%	9.419.786,93	94,56%
00004234	SINAPI		OPERADOR DE ESCAVADEIRA (HORISTA)	Mão de Obra	H	262,6526325		27,41		7.199,51		7.199,51	0,07%	9.426.986,44	94,63%
I0280	SEINFRA		BRITA	Material	m³	52,0000000		129,45		6.731,61		6.731,61	0,07%	9.433.718,05	94,70%
001250	SBC		MADEIRA - TABUA TERCEIRA QUALIDADE NAO APARELHADA PINUS OU SIMILAR	Material	M	359,0000000		17,49		6.279,77		6.279,77	0,06%	9.439.997,82	94,76%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

10761	ORSE		Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	872,1629132		6,44		5.617,17		5.617,17	0,06%	9.445.614,99	94,82%
00040863	SINAPI		EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	18,4564512		292,66		5.401,40		5.401,40	0,05%	9.451.016,39	94,87%
11846	SEINFRA		SARRAFO DE 1"X4"	Material	M	650,2500000		7,79		5.067,40		5.067,40	0,05%	9.456.083,79	94,92%
00043467	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	6.508,7411948		0,75		4.862,67		4.862,67	0,05%	9.460.946,45	94,97%
2378	ORSE		Vale transporte	Material	un	791,8438127		5,80		4.589,88		4.589,88	0,05%	9.465.536,34	95,02%
10706	SEINFRA		CAMINHÃO TANQUE 6.000 l (CHP)	Equipamento	H	16,8000000		238,16		4.001,05		4.001,05	0,04%	9.469.537,39	95,06%
12395	SEINFRA		PINTOR	Mão de Obra	H	110,0000000		34,60		3.805,82		3.805,82	0,04%	9.473.343,21	95,10%
00037373	SINAPI		SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	25.482,7064916		0,14		3.610,67		3.610,67	0,04%	9.476.953,88	95,13%
941	ORSE		Fardamento com mangas curta	Material	un	12,8511235		248,65		3.195,49		3.195,49	0,03%	9.480.149,37	95,16%
10121	SEINFRA		ARMADOR/FERREIRO	Mão de Obra	H	74,0000000		34,60		2.560,28		2.560,28	0,03%	9.482.709,65	95,19%
10109	SEINFRA		AREIA MEDIA	Material	m³	20,0000000		107,66		2.153,19		2.153,19	0,02%	9.484.862,84	95,21%
10040	SEINFRA		AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO	Mão de Obra	H	74,0000000		27,18		2.011,24		2.011,24	0,02%	9.486.874,08	95,23%
11728	SEINFRA		PREGO 18X27 (2.1/2" X 10) (APROXIMADAMENTE 198UN/KG)	Material	KG	106,2500000		18,29		1.943,42		1.943,42	0,02%	9.488.817,50	95,25%
00043499	SINAPI		EPI - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	7,1736300		247,03		1.772,11		1.772,11	0,02%	9.490.589,61	95,27%
00040861	SINAPI		TRANSPORTE - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	14,9039796		110,89		1.652,74		1.652,74	0,02%	9.492.242,35	95,29%
10680	SEINFRA		BETONEIRA COM MOTOR A DIESEL (CHP)	Equipamento	H	38,5000000		40,60		1.562,95		1.562,95	0,02%	9.493.805,31	95,30%
00043503	SINAPI		EPI - FAMILIA SERVENTE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	4,5890376		298,17		1.368,31		1.368,31	0,01%	9.495.173,62	95,32%
10517	ORSE		Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	3,4269663		386,43		1.324,28		1.324,28	0,01%	9.496.497,90	95,33%
001350	SBC		PONTALETE 7,5x7,5cm (3x3") PERNA/BARROTE/ESTRONCA	Material	M	109,0000000		11,26		1.227,12		1.227,12	0,01%	9.497.725,02	95,34%
10732	SEINFRA		CONJUNTO DE BRITAGEM 30 M3/H (CHP)	Equipamento	H	1,3410812		767,80		1.029,68		1.029,68	0,01%	9.498.754,70	95,35%
00043489	SINAPI		EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	508,2632000		1,70		864,20		864,20	0,01%	9.499.618,90	95,36%
00043464	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	18.465,7020968		0,04		713,57		713,57	0,01%	9.500.332,47	95,37%
12294	SEINFRA		ÁGUA	Material	m³	90,0000000		7,69		692,10		692,10	0,01%	9.501.024,56	95,37%
00012893/SI	ORSE		Bota de seguranca com biqueira de aço e colarinho acolchoado	Material	par	6,8539325		95,23		652,69		652,69	0,01%	9.501.677,26	95,38%
00043498	SINAPI		EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	3,5524716		177,87		631,89		631,89	0,01%	9.502.309,15	95,39%
10362	ORSE		Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	38,5533704		16,15		622,74		622,74	0,01%	9.502.931,89	95,39%
00043479	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	4,5890376		126,38		579,94		579,94	0,01%	9.503.511,84	95,40%
00043465	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	508,2632000		0,94		477,93		477,93	0,00%	9.503.989,76	95,40%
10965	SEINFRA		DESMOLDANTE PARA FORMAS	Material	L	42,5000000		10,88		462,59		462,59	0,00%	9.504.452,35	95,41%
00043494	SINAPI		EPI - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	3,1413120		144,80		454,85		454,85	0,00%	9.504.907,20	95,41%
12528	SEINFRA		PEÇAS DE DESGASTE DO BRITADOR	Material	CJ	0,0128744		34.241,56		440,84		440,84	0,00%	9.505.348,04	95,42%
00040864	SINAPI		SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	MES	18,4564512		23,55		434,58		434,58	0,00%	9.505.782,62	95,42%
00002711/SI	ORSE		Carrinho de mao, em aço, com capacidade de "45 a 65" l / "100" kg, pneu com camara	Material	un	1,6134831		252,21		406,94		406,94	0,00%	9.506.189,56	95,43%
12568	SEINFRA		DINAMITE GRANULADA	Material	KG	19,1184840		20,69		395,50		395,50	0,00%	9.506.585,06	95,43%
10103	SEINFRA		ARAME RECOZIDO N.18 BWG	Material	KG	18,5000000		21,29		393,91		393,91	0,00%	9.506.978,97	95,43%
10728	SEINFRA		COMPRESSOR DE AR 250 PCM (CHP)	Equipamento	H	2,0826225		177,28		369,21		369,21	0,00%	9.507.348,17	95,44%
10599	ORSE		Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	15,4213482		23,19		357,56		357,56	0,00%	9.507.705,73	95,44%
10860	SEINFRA		CORDEL DETONANTE	Material	M	43,9017040		7,74		339,86		339,86	0,00%	9.508.045,60	95,44%
12496	SEINFRA		SUPERCAL	Material	KG	165,0000000		1,89		312,43		312,43	0,00%	9.508.358,02	95,45%

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

00012892/SI	10740 SEINFRA	GRUPO GERADOR 145 KVA (CHP)	Equipamento	H	1,3410812	229,82	308,20	308,20	0,00%	9.508.666,23	95,45%
	10780 SEINFRA	TRATOR DE PNEUS (CHP)	Equipamento	H	1,8000000	163,78	294,80	294,80	0,00%	9.508.961,02	95,45%
	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho "7" cm)	Material	par	19,7050560	14,00	275,90	275,90	0,00%	9.509.236,93	95,46%
	10708 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 111 (CHP)	Equipamento	H	0,8314706	300,75	250,06	250,06	0,00%	9.509.486,99	95,46%
	10596 ORSE	Protetor auricular	Material	un	38,5533704	6,20	238,87	238,87	0,00%	9.509.725,86	95,46%
	10759 SEINFRA	PERFURATRIZ PNEUMÁTICA (CHP)	Equipamento	H	6,2478675	36,10	225,56	225,56	0,00%	9.509.951,42	95,46%
	10710 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHP)	Equipamento	H	0,4796962	427,23	204,94	204,94	0,00%	9.510.156,36	95,47%
	00043475 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENCARREGADO GERAL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	7,1736300	27,81	199,50	199,50	0,00%	9.510.355,86	95,47%
	10779 SEINFRA	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHP)	Equipamento	H	0,4557128	362,24	165,08	165,08	0,00%	9.510.520,94	95,47%
	ORSE	Capacete de segurança aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	5,1404494	17,39	89,39	89,39	0,00%	9.510.610,33	95,47%
	10788 ORSE	Pá quadrada	Material	un	1,6134831	47,53	76,69	76,69	0,00%	9.510.687,02	95,47%
	10221 SEINFRA	BLASTER	Mão de Obra	H	2,0826225	34,43	71,71	71,71	0,00%	9.510.758,72	95,47%
	4728 ORSE	Talhadeira chata 10"	Material	un	2,4202247	23,93	57,92	57,92	0,00%	9.510.816,65	95,47%
	10594 SEINFRA	CARREGADEIRA DE PNEUS HP 111 (CHI)	Equipamento	H	0,5096106	113,41	57,80	57,80	0,00%	9.510.874,44	95,47%
	1651 ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	6,8539325	7,73	52,97	52,97	0,00%	9.510.927,41	95,47%
	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	1,7134831	25,90	44,39	44,39	0,00%	9.510.971,80	95,47%
	00012894/SI										
	12507 SEINFRA	DINAMITE 60%	Material	KG	1,7702300	24,05	42,57	42,57	0,00%	9.511.014,37	95,47%
	00043470 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ALMOXARIFE - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	3,1413120	12,61	39,61	39,61	0,00%	9.511.053,99	95,48%
	4729 ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,8067416	48,69	39,28	39,28	0,00%	9.511.093,27	95,48%
	11247 ORSE	Serra mármore	Material	un	0,0500000	412,06	20,60	20,60	0,00%	9.511.113,87	95,48%
	00043474 SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	MES	3,5524716	5,73	20,36	20,36	0,00%	9.511.134,23	95,48%
	12329 SEINFRA	ESTOPIM	Material	M	2,1242760	9,34	19,84	19,84	0,00%	9.511.154,07	95,48%
	12535 SEINFRA	SÉRIE DE BROCAS S.12 D=22MM	Material	JG	0,0177023	939,12	16,62	16,62	0,00%	9.511.170,69	95,48%
	10282 ORSE	Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	Material	un	0,1000000	56,68	5,67	5,67	0,00%	9.511.176,36	95,48%
	11245 ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	Material	un	0,3500000	14,94	5,23	5,23	0,00%	9.511.181,59	95,48%
	4722 ORSE	Colher de pedreiro	Material	un	0,2000000	24,22	4,84	4,84	0,00%	9.511.186,43	95,48%
	11265 ORSE	Martelo de borracha com cabo	Material	un	0,2000000	24,15	4,83	4,83	0,00%	9.511.191,27	95,48%
	11246 ORSE	Escala métrica de bambú	Material	Un	0,3500000	13,16	4,61	4,61	0,00%	9.511.195,87	95,48%
	4174 ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	Material	un	0,2500000	16,62	4,15	4,15	0,00%	9.511.200,03	95,48%
	12326 SEINFRA	ESPOLETA	Material	UN	0,3186414	9,53	3,04	3,04	0,00%	9.511.203,06	95,48%
	10666 SEINFRA	TRATOR DE ESTEIRAS C/LÂMINA E ESC. HP 155 (CHI)	Equipamento	H	0,0239834	124,73	2,99	2,99	0,00%	9.511.206,06	95,48%
	10789 ORSE	Nível de bolha de madeira	Material	un	0,1000000	19,84	1,98	1,98	0,00%	9.511.208,04	95,48%
	11243 ORSE	Martelo sem unha	Material	un	0,0500000	36,07	1,80	1,80	0,00%	9.511.209,84	95,48%
	11264 ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	Material	un	0,1000000	17,42	1,74	1,74	0,00%	9.511.211,58	95,48%
	10790 ORSE	Prumo de face	Material	un	0,0500000	33,43	1,67	1,67	0,00%	9.511.213,26	95,48%
	10645 SEINFRA	PERFURATRIZ PNEUMÁTICA (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	34,31	0,00	0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%
	10614 SEINFRA	COMPRESSOR DE AR 250 PCM (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	61,15	0,00	0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%
	10566 SEINFRA	BETONEIRA COM MOTOR A DIESEL (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	32,50	0,00	0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%
	10618 SEINFRA	CONJUNTO DE BRITAGEM 30 M3/H (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	404,80	0,00	0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%
	10626 SEINFRA	GRUPO GERADOR 145 KVA (CHI)	Equipamento	H	0,0000000	46,10	0,00	0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%

I0596	SEINFRA		CARREGADEIRA DE PNEUS HP 180 (CHI)	Equipamento	H	0,0000000		141,67		0,00		0,00	0,00%	9.511.213,26	95,48%
-------	---------	--	------------------------------------	-------------	---	-----------	--	--------	--	------	--	------	-------	--------------	--------

Equipamento	R\$ 646.104,77
Equipamento para Aquisição Permanente	R\$ 1.913.899,55
Mão de Obra	R\$ 1.520.914,39
Material	R\$ 4.643.107,01
Serviços	R\$ 418.624,74
Taxas	R\$ 0,00
Administração	R\$ 0,00
Aluguel	R\$ 0,00
Verba	R\$ 0,00
Transporte	R\$ 171.813,27
Encargos Complementares	R\$ 196.749,52
Franquia	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00

Total sem BDI	7.740.517,58
Total do BDI	2.221.303,34
Total Geral	9.961.820,92

Isaías dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Engº Civil Isaías dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Maranhão
SBC - 02/2026 - Maranhão
SICRO3 - 10/2025 - Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
SETOP - 10/2025 - Minas Gerais
Curva ABC de Serviços

B.D.I.
28,81%

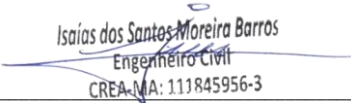
Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,11%
Mensalista: 71,30%

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
93589	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	M3XKM	1.287.922,38	3,46	4.456.211,43	44,73	44,73
9899	ORSE	Escavação e carga material jazida	Escavação Mecanizada em Campo Aberto	m³	69.057,5	18,99	1.311.496,53	13,17	57,90
07.12.010	CPOS/CDH U	COMPACTAÇÃO DE ATERRO MECANIZADO MÍNIMO DE 95% PN, SEM FORNECIMENTO DE SOLO EM ÁREAS FECHADAS	7,12	m³	55.246,0	22,05	1.218.174,30	12,23	70,13
02.05.53U	COMPESA	ATERRO COM AREIA EM CAMADAS DE ATÉ 20 CM DE ESPESSURA, UTILIZANDO-SE O PROCESSO MECÂNICO LEVE PARA COMPACTAÇÃO, INCLUSIVE ADENSAMENTO HIDRÁULICO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE (POSTO OBRA).	0	m³	6.905,75	144,47	997.673,70	10,01	80,14
4955	ORSE	Rip-Rap - saco solo cimento, com capacidade para 0,07m³ de material adensado, nas dimensões aproximadas de 0,60x0,58x0,20m, com taxa de 10% de cimento, inclusive fornecimento de todos os materiais, dosagem, mistura, acondicionamento, costura e transp	Aterros / Reaterros / Compactações	un	10.000,0	35,64	356.400,00	3,58	83,72
C1808	SEINFRA	MURO DE ARRIMO C/ BLOCOS DE CONCRETO ARTICULADO (30X15X28)cm	0	m²	500,0	454,00	227.000,00	2,28	86,00
PRÓPRIA 14	Próprio	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	SERT - SERVIÇOS TÉCNICOS	mês	12,0	17.966,67	215.600,04	2,16	88,16
PRÓPRIA 6	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	TRAN - TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	UND	12,0	14.317,77	171.813,24	1,72	89,89
98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	27.623,0	6,10	168.500,30	1,69	91,58
100982	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	Transporte, Carga e Descarga de Materiais	m³	13.811,5	11,54	159.384,71	1,60	93,18
C3065	SEINFRA	DESCIDA D'ÁGUA DE CONCRETO ARMADO PADRÃO DERT	0	M	500,0	261,56	130.780,00	1,31	94,49
100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024	Aterros, Bases, Sub bases e Imprimações	m³	71.819,8	1,80	129.275,64	1,30	95,79
171215	SBC	CANALETA ABERTA AGUAS PLUVIAIS 0,15x0,70m	PAVIMENTACOES EXTERNAS	M	500,0	203,88	101.940,00	1,02	96,81
98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	Supressão Vegetal	m²	110.492,0	0,83	91.708,36	0,92	97,73
02.06.05U	COMPESA	ESPALHAMENTO MANUAL DE MATERIAL PARA SIMPLES REGULARIZAÇÃO DO TERRENO.	0	m³	17.954,95	4,05	72.717,54	0,73	98,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA/MA
CNPJ: 12.122.065/0001-99

C1431	SEINFRA	GRAMA EM PLACAS.INCLUSIVE CONSERVAÇÃO	0	m²	2.000,0	31,85	63.700,00	0,64	99,10
172082	SBC	MEIO-FIO RETO CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	URBANIZACAO	M	1.000,0	51,42	51.420,00	0,52	99,62
RO-00229	SETOP	Compactação manual com placa vibratória	RO-	m³	13.811,5	2,76	38.119,74	0,38	100,00

Total sem BDI	7.740.517,58
Total do BDI	2.221.303,34
Total Geral	9.961.820,92


Isaias dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Eng° Civil Isaias dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3



Obra
ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
ZÉ DOCA-MA

Bancos
SINAPI - 01/2026 -
Maranhão
SBC - 02/2026 -
Maranhão
SICRO3 - 10/2025 -
Maranhão
ORSE - 11/2025 - Sergipe

B.D.I.
28,81%


Encargos Sociais
Não Desonerado:
Horista: 114,11%
Mensalista: 71,30%

Cronograma Físico e Financeiro														
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00% 387.413,28	8,33% 32.284,43	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,43	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,44	8,33% 32.284,31	8,33% 32.284,31	8,33% 32.284,31
2	SERVIÇOS PRELIMINARES - LIMPEZA DE ÁREA	100,00% 754.107,90	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32	8,33% 62.842,32
3	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA - CORTE EM JAZIDA E TRANSPORTE	100,00% 4.417.608,27	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01	8,33% 368.134,01
4	ATERRO E COMPACTAÇÃO	100,00% 3.471.451,47	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61	8,33% 289.287,61
5	DRENAGEM SUPERFICIAL, ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE TALUDES	100,00% 931.240,00	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33	8,33% 77.603,33
Porcentagem			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
Custo			830.151,69	830.151,71	830.151,71	830.151,71	830.151,71	830.151,71	830.151,69	830.151,71	830.151,71	830.151,58	830.151,58	830.151,58
Porcentagem Acumulado			8,33%	16,67%	25,0%	33,33%	41,67%	50,0%	58,33%	66,67%	75,0%	83,33%	91,67%	100,0%
Custo Acumulado			830.151,69	1.660.303,40	2.490.455,11	3.320.606,82	4.150.758,53	4.980.910,24	5.811.061,93	6.641.213,64	7.471.365,35	8.301.516,93	9.131.668,51	9.961.820,92

Isaias dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Engº Civil Isaias dos Santos Moreira Barros
CREA MA 111845956 3

COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS					
EMPREENDEDOR	PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA				
EMPREENHIMENTO:	ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA				
LOCALIDADE:	ZÉ DOCA - MA				
ENCARGO SOCIAIS:	Não Desonerado: Horista: 114,11% Mensalista: 71,30%				
REFERENCIAS:	SINAPI - 01/2026 - Maranhão SBC - 02/2026 - Maranhão SICRO3 - 10/2025 - Maranhão ORSE - 11/2025 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará SETOP - 10/2025 - Minas Gerais CPOS/CDHU - 01/2026 - São Paulo COMPESA - 07/2024 - Pernambuco				
DATA DO ORÇAMEN.:	26/02/2026				BDI: 28,81%
	ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
	GRUPO A				
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	26,80%	26,80%	36,80%	36,80%
	GRUPO B				
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,75%	Não incide	17,75%	Não incide
B2	Feriados	3,93%	Não incide	3,93%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,93%	8,31%	10,93%	8,31%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,67%	Não incide	1,67%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	11,02%	8,38%	11,02%	8,38%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	47,05%	18,02%	47,05%	18,02%
	GRUPO C				
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,74%	4,36%	5,74%	4,36%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,15%	0,11%	0,15%	0,11%
C3	Férias Indenizadas	3,63%	2,76%	3,63%	2,76%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,44%	1,86%	2,44%	1,86%
C5	Indenização Adicional	0,48%	0,37%	0,48%	0,37%
C	Total	12,44%	9,46%	12,44%	9,46%
	GRUPO D				
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INNS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	11,52%	4,00%	17,31%	6,63%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%	0,38%	0,51%	0,39%
D	Total	12,02%	4,38%	17,82%	7,02%
	TOTAL(A+B+C+D)	98,31%	58,66%	114,11%	71,30%


 Engenheiro Civil
 CREA-MA: 111845956-3
 Engº Isaías S Moreira Barros
 CREA MA 111845956 3

COMPOSIÇÃO DO BDI	
EMPREENDEDOR:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA
EMPREENDIMENTO:	ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA
LOCALIDADE:	ZÉ DOCA - MA
ENCARGO SOCIAIS:	Não Desonerado: Horista: 114,11% Mensalista: 71,30%
REFERENCIAS:	SINAPI - 01/2026 - Maranhão SBC - 02/2026 - Maranhão SICRO3 - 10/2025 - Maranhão ORSE - 11/2025 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará SETOP - 10/2025 - Minas Gerais CPOS/CDHU - 01/2026 - São Paulo COMPESA - 07/2024 - Pernambuco
DATA DO ORÇAMEN.:	26/02/2026
BDI: 28,81%	



ITEM	DISCRIMINAÇÃO	INDICE
1	ADIMINISTRAÇÃO CENTRAL	
1.1	ADIMINISTRAÇÃO LOCAL	5,00%
	SUB-TOTAL	5,00%
2	SEGURO	
2.1	SEGUROS	0,45%
	SUB-TOTAL	0,45%
3	GARANTIA	
3.1	GARANTIA E IMPREVISTOS	0,45%
	SUB-TOTAL	0,45%
4	RISCOS	
4.1	RISCOS	1,22%
	SUB-TOTAL	1,22%
5	DESPESAS FINANCEIRAS	
5.1	DESPESAS FINACEIRAS REFERENTE CAPITAL DE GIRO	1,20%
	SUB-TOTAL	1,20%
6	IMPOSTOS E TAXAS	
6.1	COFINS	3,00%
6.2	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	5,00%
6.3	PIS	0,65%
6.4	CPRB	0,00%
	SUB-TOTAL	8,65%
7	LUCROS OU BONIFICAÇÃO	
7.1	LUCRO OU BONIFICAÇÃO	8,55%
	SUB-TOTAL	8,55%

TOTAL DO BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS):	
$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$	28,81%
<p>AC — Administração central</p> <p>DF — Despesas financeiras</p> <p>G, R, S — Garantias, riscos, seguros e imprevistos:</p> <p>L — Lucro</p> <p>I — Tributos</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <p>Isaías dos Santos Moreira Barros</p> <p>Engenheiro Civil</p> <p>CREA-MA: 111845956-3</p> <p>Engº Isaías S Moreia Barros</p> <p>CREA MA 111845956 3</p> </div>

MEMORIAL DESCRITIVO

**ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE ZÉ DOCA-MA**

Fevereiro de 2026

1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A **Administração Local** compreende o conjunto de atividades técnicas, administrativas e operacionais necessárias para o correto planejamento, coordenação, acompanhamento, controle e execução dos serviços objeto deste contrato, garantindo o atendimento às especificações técnicas, normas vigentes, cronograma físico-financeiro e determinações da fiscalização.

1.1 Mobilização e Desmobilização de Equipamentos

Este item contempla todas as despesas relacionadas à **mobilização inicial** e à **desmobilização final** dos equipamentos, ferramentas, máquinas e instalações provisórias indispensáveis à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- Transporte de equipamentos, ferramentas e materiais até o local da obra;
- Carga, descarga e movimentação interna;
- Montagem, posicionamento e desmontagem de equipamentos;
- Remoção de equipamentos e estruturas provisórias ao término dos serviços;
- Custos indiretos associados à logística necessária para início e encerramento da obra.

A mobilização deverá ocorrer previamente ao início efetivo dos serviços, assegurando que todas as condições operacionais estejam plenamente atendidas. A desmobilização será realizada após a conclusão total dos serviços, com a liberação da área, mantendo-a limpa e organizada, conforme exigências da fiscalização.

1.2 Administração da Obra

A **Administração da Obra** compreende todas as atividades permanentes de gestão técnica e administrativa durante o período de execução contratual, incluindo:

- Coordenação geral dos serviços no canteiro;

- Planejamento e controle da execução conforme projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma;
- Acompanhamento técnico diário dos serviços;
- Interface com a fiscalização do contratante;
- Controle de produtividade, prazos e qualidade;
- Elaboração e organização de relatórios, registros fotográficos e medições;
- Gestão de equipes, equipamentos e insumos;
- Atendimento às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislações aplicáveis.

A administração da obra será exercida por profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva **ART**, permanecendo responsável pela correta execução dos serviços durante todo o período contratual.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES – LIMPEZA DE ÁREA

Os **Serviços Preliminares** têm por finalidade preparar a área para a execução dos serviços subsequentes, garantindo condições adequadas de acesso, segurança, limpeza e regularidade do terreno, conforme projetos, especificações técnicas e orientações da fiscalização.

2.1 Limpeza Mecanizada de Camada Vegetal, Vegetação e Pequenas Árvores

Compreende a execução de **limpeza mecanizada da área**, incluindo a remoção de camada vegetal superficial, arbustos, vegetação rasteira e pequenas árvores com diâmetro de tronco inferior ou igual a **0,20 m**, utilizando **trator de esteiras** e equipamentos adequados.

Os serviços incluem:

- Corte, destoca superficial e remoção da vegetação;
- Limpeza da superfície do terreno, deixando-o apto para os serviços seguintes;
- Recolhimento e organização do material resultante, conforme diretrizes ambientais e da fiscalização.

A execução deverá observar as condições do terreno, respeitando áreas de preservação, quando existentes, e evitando danos a estruturas ou propriedades adjacentes.

2.2 Limpeza Manual de Vegetação em Terreno com Enxada

Este item contempla a **limpeza manual da vegetação** em áreas onde o acesso de equipamentos mecanizados seja inviável ou não recomendado, utilizando ferramentas manuais adequadas, tais como enxadas, foices e similares.

Inclui:

- Corte e remoção da vegetação rasteira e arbustiva;
- Limpeza minuciosa do terreno, garantindo acabamento adequado;
- Acondicionamento do material removido para posterior destinação.

Os serviços deverão ser executados de forma criteriosa, preservando o solo e respeitando as orientações da fiscalização.

2.3 Carga, Manobra e Descarga de Entulho em Caminhão Basculante

Este item refere-se à **carga, manobra, transporte interno e descarga** do material proveniente da limpeza da área, utilizando **caminhão basculante com capacidade de 10 m³**, incluindo:

- Carregamento do material no local de origem;
- Manobras necessárias para posicionamento adequado do veículo;
- Descarga do material em local autorizado;
- Consideração do volume solto do material, conforme critérios de medição adotados.

A execução deverá atender às condições de segurança e às exigências ambientais vigentes.

2.4 Transporte de Material com Caminhão Basculante

Compreende o **transporte do material removido** por meio de **caminhão basculante de 10 m³**, em **via urbana com revestimento primário**, considerando a unidade de medição **m³ x km (M3XKM)**.

Inclui:

- Deslocamento do material desde o local da obra até o local de destino final autorizado;
- Custos com combustível, operação, manutenção e mão de obra;
- Atendimento às normas de trânsito e segurança.

O transporte somente poderá ser realizado para locais previamente aprovados pela fiscalização e em conformidade com a legislação ambiental vigente.

3. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA – CORTE EM JAZIDA E TRANSPORTE

Os serviços de **Movimentação de Terra** compreendem as operações necessárias à obtenção, carregamento e transporte de material de jazida, destinado à execução das etapas subsequentes da obra, conforme projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária e orientações da fiscalização.

3.1 Escavação e Carga de Material de Jazida

Este item contempla a **escavação, desagregação e carregamento de material em jazida**, utilizando equipamentos mecânicos adequados, tais como escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras ou similares.

Os serviços incluem:

- Corte do material natural existente na jazida;
- Desagregação e conformação do material conforme necessidade da obra;
- Carregamento do material escavado em caminhões basculantes;
- Organização da frente de serviço, garantindo segurança operacional;
- Manutenção das condições de acesso e circulação dos equipamentos.

O material deverá apresentar características compatíveis com o uso previsto, sendo vedada a utilização de material inadequado, conforme critérios técnicos e aprovação prévia da fiscalização.

3.2 Transporte de Material de Jazida

Compreende o **transporte do material proveniente da jazida** até o local de aplicação na obra, realizado por **caminhão basculante com capacidade de 10 m³**, em **via urbana com revestimento primário**, adotando-se a unidade de medição **m³ x km (M3XKM)**.

Inclui:

- Deslocamento do material entre a jazida e o local de destino;
- Custos com combustível, operação, manutenção dos veículos e mão de obra;
- Cumprimento das normas de trânsito, segurança e ambientais;
- Descarga do material no local indicado pela fiscalização.

O transporte deverá ser realizado de forma contínua e controlada, garantindo o atendimento ao cronograma físico-financeiro e às exigências técnicas do empreendimento.

4. ATERRO E COMPACTAÇÃO

Os serviços de **Aterro e Compactação** compreendem o espalhamento, regularização, adensamento e compactação de materiais destinados à conformação do terreno, garantindo as condições geométricas, mecânicas e de estabilidade necessárias para a execução das etapas subsequentes da obra, conforme projetos, especificações técnicas, normas vigentes e orientações da fiscalização.

4.1 Espalhamento de Material com Trator de Esteiras

Este item contempla o **espalhamento mecanizado do material de aterro**, realizado com **trator de esteiras**, promovendo a distribuição uniforme do material sobre o terreno, conforme cotas e greides definidos em projeto.

Inclui:

- Espalhamento em camadas controladas;
- Regularização preliminar da superfície;
- Ajustes necessários para posterior compactação;
- Atendimento às condições de segurança operacional.

4.2 Espalhamento Manual de Material para Regularização do Terreno

Compreende o **espalhamento manual de material** em áreas onde o uso de equipamentos mecanizados não seja possível ou recomendado, visando à **simples regularização do terreno**.

Inclui:

- Distribuição manual do material;
- Acabamento fino da superfície;
- Adequação do terreno às cotas previstas.

4.3 Compactação de Aterro Mecanizado

Este item refere-se à **compactação mecanizada do aterro**, devendo atingir **densidade mínima de 95% do Proctor Normal (PN)**, conforme ensaios e critérios técnicos aplicáveis, **sem fornecimento de solo em áreas fechadas**.

Inclui:

- Compactação em camadas compatíveis com o equipamento utilizado;
- Controle do teor de umidade do material;
- Execução com rolos compactadores ou equipamentos equivalentes;
- Atendimento aos parâmetros técnicos estabelecidos em projeto e normas vigentes.

4.4 Compactação Manual com Placa Vibratória

Compreende a **compactação manual do aterro**, realizada com **placa vibratória**, aplicada em áreas confinadas, acessos restritos ou locais onde não seja possível a utilização de equipamentos de maior porte.

Inclui:

- Compactação em camadas adequadas;
- Controle visual e técnico da uniformidade do adensamento;
- Atendimento às exigências mínimas de densidade especificadas.

4.5 Aterro com Areia em Camadas de até 20 cm

Este item contempla a execução de **aterro com areia**, aplicado em **camadas de espessura máxima de 20 cm**, utilizando **processo mecânico leve para compactação**, incluindo:

- Fornecimento do material;
- Espalhamento e nivelamento;
- Compactação mecânica leve;
- Adensamento hidráulico, quando aplicável;
- Carga, descarga e transporte do material até o local da obra (posto obra).

A execução deverá assegurar homogeneidade, estabilidade e atendimento às cotas previstas em projeto.

4.6 Transporte de Material para Aterro

Compreende o **transporte de material de aterro**, realizado por **caminhão basculante com capacidade de 10 m³**, em **via urbana com revestimento primário**, considerando a unidade de medição **m³ x km (M3XKM)**.

Inclui:

- Deslocamento do material desde o ponto de fornecimento até o local de aplicação;
- Custos com operação, combustível, manutenção e mão de obra;
- Atendimento às normas de trânsito, segurança e ambientais.

O transporte deverá ocorrer conforme programação da obra e com aprovação da fiscalização.

5. DRENAGEM SUPERFICIAL, ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DE TALUDES

Os serviços deste capítulo deverão seguir rigorosamente as especificações do **Manual de Drenagem Rodoviária do DNIT**, as normas do **DERT** e as **NBRs** citadas em cada item.

5.1. Canaleta Aberta para Águas Pluviais (0,15 x 0,70m)

Serão executadas em concreto simples com $f_{ck} \geq 20 \text{ MPa}$. O acabamento interno deve ser desempenado e liso para garantir o coeficiente de rugosidade de Manning compatível com o projeto hidráulico ($n=0,015$).

- **Controle de Cotas:** A declividade longitudinal mínima deve ser de 0,5% para garantir a autolimpeza e evitar o assoreamento.

5.2. Meio-fio Reto de Concreto Moldado no Local

Executado preferencialmente com máquina extrusora ou fôrmas metálicas rígidas.

- **Material:** Concreto com $f_{ck} \geq 22 \text{ MPa}$, consistência (slump) adequada ao processo de moldagem.
- **Juntas:** Devem ser executadas juntas de dilatação a cada 3,00m, preenchidas com mastique asfáltico ou material elástico, visando absorver as variações térmicas e evitar fissuras transversais.

5.3. Descida d'Água de Concreto Armado (Padrão DERT)

Deverão ser executadas conforme os desenhos tipo do DERT, utilizando concreto armado $f_{ck} \geq 25 \text{ MPa}$.

- **Dissipação:** Nos trechos de alta declividade, serão previstos dentes (degraus) dissipadores de energia.

- **Ancoragem:** É obrigatória a execução de dentes de ancoragem ao longo do talude para evitar o escorregamento da estrutura por peso próprio ou pressão hidráulica.

5.4. Revestimento Vegetal (Grama em Placas)

Aplicação de placas de grama (tipo Esmeralda) para proteção contra erosão superficial.

- **Preparo do Solo:** Regularização manual e espalhamento de camada de 5cm de terra vegetal adubada (NPK 10-10-10).
- **Fixação:** Em taludes com inclinação superior a 1:1, as placas deverão ser fixadas com estacas de madeira (macho) para evitar o deslizamento antes do enraizamento.

5.5. Contenção em Rip-Rap (Solo-Cimento)

Estrutura de proteção de pé de talude ou encontros de obras de arte.

- **Traço:** Mistura solo-cimento na proporção de **10% em peso** (aproximadamente 1:8 em volume).
- **Solo:** Deve ser utilizado solo arenoso ou silto-arenoso, isento de matéria orgânica e torrões argilosos.
- **Execução:** Sacos de ráfia (0,07 m³ adensado) dispostos em camadas desencontradas. Cada camada deve ser compactada manualmente para moldar os sacos entre si, criando o efeito de intertravamento.

5.6. Muro de Arrimo com Blocos de Concreto Articulado (30x15x28cm)

Contenção segmentada baseada na **NBR 15961** (para estruturas em blocos).

- **Resistência:** Blocos com f_{ck} mínimo de 20 MPa.
- **Drenagem:** Atrás do muro, deve-se prever colchão drenante com brita nº 1 e manta geotêxtil (tipo Bidim OP-20 ou superior) para alívio do empuxo hidrostático.
- **Geometria:** O ângulo de inclinação da face (batente) deve seguir o projeto para garantir a estabilidade global do maciço.

6. CONTROLE DE QUALIDADE E FISCALIZAÇÃO

Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com os projetos, este memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da **ABNT**, bem como demais legislações vigentes.

A fiscalização será exercida por representante designado pelo contratante, cabendo-lhe:

- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- Solicitar esclarecimentos, ajustes e correções quando necessário;
- Rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;
- Registrar ocorrências em diário de obra ou instrumento equivalente.

A contratada deverá facilitar o acesso da fiscalização ao local dos serviços, fornecendo todas as informações e documentos solicitados.

7. SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE

A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das **Normas Regulamentadoras (NRs)** do Ministério do Trabalho e Emprego, relativas à segurança e saúde dos trabalhadores.

Deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

- Fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- Sinalização adequada das áreas de trabalho;
- Adoção de procedimentos preventivos para evitar acidentes;
- Manutenção das condições seguras de trabalho durante toda a execução dos serviços.

Os resíduos gerados deverão ter destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, sendo vedado o descarte irregular.

8. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

As medições dos serviços executados serão realizadas de acordo com os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, observando-se as unidades de medição previstas na planilha orçamentária.

Os pagamentos serão efetuados conforme as medições aprovadas, após o atendimento integral das condições contratuais e apresentação da documentação exigida, não sendo permitida a medição de serviços em desacordo com este memorial ou com os projetos.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços será aquele estabelecido no contrato administrativo e no cronograma físico-financeiro aprovado, contado a partir da emissão da ordem de serviço.

Eventuais prorrogações de prazo somente poderão ser concedidas mediante justificativa técnica formalmente apresentada e aceita pela administração, observada a legislação vigente.

10. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da contratada, além das previstas em contrato:

- Executar os serviços conforme os projetos, especificações técnicas e este memorial;
- Fornecer mão de obra qualificada, materiais e equipamentos adequados;
- Manter responsável técnico legalmente habilitado, com emissão da respectiva **ART**;
- Garantir a qualidade, segurança e durabilidade dos serviços executados;

- Reparar, sem ônus para o contratante, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Memorial Descritivo constitui parte integrante do processo licitatório e do contrato administrativo, devendo ser integralmente atendido pela empresa contratada.

Os casos omissos serão resolvidos pela fiscalização e pela administração contratante, em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e interesse público.

Este é o memorial descritivo,

Zé Doca (MA), 18 de fevereiro de 2026

Isaías dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Engº Isaías dos Santos Moreira Barros
Fiscal de Obras do Município
CREA MA 111845956 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

OBJETO: ATA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE ATERROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

I – INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a **necessidade, viabilidade técnica e econômica** da contratação de empresa especializada para a execução de **serviços de movimentação de terra**, abrangendo administração local da obra, limpeza de área, escavação e carga de material em jazida, transporte, aterro e compactação.

A contratação visa atender às demandas recorrentes da Administração Pública Municipal relacionadas à **implantação, recuperação, adequação e regularização de áreas públicas**, tais como vias, terrenos institucionais, áreas destinadas a edificações públicas e demais intervenções de infraestrutura básica.

Considerando que o Município não dispõe de **estrutura própria de máquinas, equipamentos e pessoal técnico suficientes** para execução direta desses serviços em escala compatível com as demandas existentes, a contratação por meio de terceiros mostra-se tecnicamente necessária e economicamente vantajosa.

II – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada:

- Ao **Planejamento Estratégico Municipal**, no que se refere à melhoria da infraestrutura urbana e institucional;
- Às previsões orçamentárias anuais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

- À necessidade de manutenção contínua da capacidade operacional do Município.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços** justifica-se pela natureza **eventual e sob demanda** dos serviços, cujas quantidades e locais de execução não podem ser definidos com precisão antecipadamente, permitindo maior flexibilidade administrativa e eficiência na gestão dos recursos públicos.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- **Natureza do serviço:** Serviços comuns de engenharia, de execução eventual, com fornecimento conforme demanda, mediante emissão de ordens de serviço.
- **Vigência:** Ata de Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses.
- **Normas técnicas:** Atendimento às normas da ABNT aplicáveis aos serviços de terraplenagem, transporte, aterro e compactação, bem como às normas ambientais e de segurança do trabalho.
- **Qualidade técnica:** Execução dos serviços conforme parâmetros de projeto, incluindo compactação mínima de 95% do Proctor Normal, quando aplicável.
- **Capacidade operacional:** Disponibilização de máquinas, equipamentos e mão de obra compatíveis com os serviços previstos.
- **Responsabilidade técnica:** Execução sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART.

IV – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

As quantidades estimadas foram definidas com base:

- No levantamento das demandas históricas do Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

- Na previsão de novas intervenções em áreas públicas;
- Em experiências anteriores de contratos similares.

A estimativa contempla, entre outros:

- Limpeza mecanizada e manual de áreas;
- Escavação e carga de material em jazida;
- Transporte em caminhão basculante, medido em m³ x km;
- Espalhamento de material;
- Aterro em camadas controladas;
- Compactação mecanizada e manual.

As **memórias de cálculo** foram elaboradas considerando volumes médios, distâncias típicas de transporte e critérios usuais de medição adotados em contratos públicos, assegurando transparência e coerência com a planilha orçamentária.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

O levantamento de mercado demonstrou ampla disponibilidade de empresas capacitadas para a execução dos serviços de movimentação de terra, com equipamentos adequados e experiência comprovada.

A solução adotada, por meio do **Registro de Preços**, apresenta-se como a mais adequada, pois:

- Evita a contratação antecipada de grandes volumes sem demanda imediata;
- Permite atendimento rápido às necessidades emergentes ou programadas;
- Garante maior competitividade entre fornecedores;
- Reduz custos operacionais e administrativos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

VI – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta abrange a execução integrada dos seguintes serviços:

- Administração local da obra;
- Mobilização e desmobilização de equipamentos;
- Limpeza de áreas, mecanizada e manual;
- Escavação e carga de material em jazida;
- Transporte de materiais em vias urbanas com revestimento primário;
- Espalhamento de material de aterro;
- Execução de aterros em camadas controladas;
- Compactação mecanizada e manual, conforme condições do terreno.

Todos os serviços deverão ser executados conforme ordens de serviço emitidas pela Administração, respeitando os critérios técnicos estabelecidos no Memorial Descritivo e no Termo de Referência.

VII – RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA)

- **Economicidade:** Redução de custos por meio da contratação sob demanda e preços previamente registrados.
 - **Eficiência operacional:** Atendimento ágil às necessidades da Administração Municipal.
 - **Qualidade técnica:** Garantia de execução conforme normas técnicas e parâmetros de desempenho.
 - **Planejamento orçamentário:** Melhor controle dos gastos públicos ao longo do exercício financeiro.
 - **Durabilidade das intervenções:** Serviços executados com padrão técnico adequado, reduzindo retrabalhos.
-

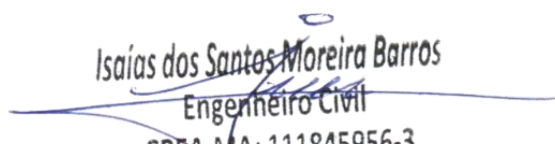
VIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

Diante da análise técnica, econômica e administrativa realizada, **declara-se viável** a contratação, por meio de **Registro de Preços**, de empresa especializada para a execução dos serviços de administração local, limpeza de área, movimentação de terra, transporte, aterro e compactação.

A solução atende aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**, estando em conformidade com a legislação vigente e com as necessidades da Administração Pública Municipal.



Isaías dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3
Eng. Civil Isaías S. Moreira Barros
CREA 1118459563/MA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Zé Doca - MA, 27 de fevereiro de 2026

Ao Senhor

Francisco Van Hallen Lucas Maciel de Sousa

Secretário Municipal de Administração

Zé Doca – MA

Senhor Secretário,

Em atendimento às disposições da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e às normas internas de planejamento das contratações públicas, apresenta-se o presente **Documento de Formalização de Demanda – DFD**, com a finalidade de subsidiar a abertura de processo administrativo licitatório.

I – INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a necessidade, a viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação de empresa especializada para a execução de **serviços de engenharia voltados à execução de aterros públicos**, conforme descrito no Memorial Descritivo.

Os serviços são essenciais para atender às demandas da Administração Pública Municipal relacionadas à **regularização de terrenos, preparação de áreas para edificações públicas, adequação de vias, pátios, áreas institucionais e demais espaços públicos**, garantindo condições adequadas de uso, segurança e estabilidade do solo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

Considerando que tais demandas ocorrem de forma **eventual, descentralizada e ao longo do exercício financeiro**, torna-se necessária a adoção de modelo contratual flexível, eficiente e economicamente vantajoso.

II – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A contratação encontra respaldo:

- Nas previsões orçamentárias destinadas à execução de obras e serviços de engenharia;
- No Memorial Descritivo dos serviços de aterro público;
- No Documento de Formalização de Demanda – DFD;

A utilização do **Sistema de Registro de Preços** mostra-se adequada, pois possibilita a contratação conforme a necessidade real da Administração, mediante ordens de serviço, sem a obrigatoriedade de execução integral dos quantitativos estimados.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- **Natureza do serviço:** Serviços comuns de engenharia, de execução eventual e não continuada;
- **Vigência:** Ata de Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses;
- **Serviços abrangidos:**
 - Administração local da obra;
 - Mobilização e desmobilização de equipamentos;
 - Limpeza mecanizada e manual de áreas;
 - Corte, escavação e carga de material em jazida;
 - Transporte de material em caminhão basculante;
 - Espalhamento, regularização e conformação de aterros;
 - Compactação mecanizada e manual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

- **Qualidade técnica:** Compactação mínima de 95% do Proctor Normal, quando aplicável;
 - **Normas técnicas:** Atendimento às normas da ABNT, normas ambientais e de segurança do trabalho;
 - **Responsabilidade técnica:** Execução sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART.
-

IV – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

As quantidades estimadas foram definidas com base:

- Na demanda histórica do Município por serviços de aterro;
- Na previsão de novas intervenções em áreas públicas;
- Em parâmetros médios de volumes e distâncias de transporte.

As estimativas contemplam:

- Serviços medidos em metro quadrado (m²), metro cúbico (m³) e metro cúbico por quilômetro (m³×km);
- Volumes de material de jazida necessários para conformação dos aterros;
- Distâncias médias de transporte em vias urbanas com revestimento primário.

As memórias de cálculo adotam critérios usuais de medição aplicados em contratos públicos, assegurando coerência com o Memorial Descritivo e a planilha orçamentária.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO

O levantamento de mercado demonstra a existência de empresas capacitadas técnica e operacionalmente para a execução de serviços de aterro público, dispondo de máquinas, equipamentos e mão de obra especializada.

A adoção do **Registro de Preços** justifica-se pela impossibilidade de prever com exatidão:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

- O local de execução dos aterros;
- O volume exato de material a ser utilizado;
- O momento da execução de cada intervenção.

Tal modelo garante maior eficiência administrativa, redução de custos, agilidade no atendimento das demandas e melhor controle do gasto público.

VI – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta compreende a execução integrada dos seguintes serviços de engenharia:

- Administração local da obra;
- Limpeza e preparação das áreas;
- Execução de corte e carga de material em jazida;
- Transporte do material até o local de aplicação;
- Espalhamento, nivelamento e conformação do aterro;
- Compactação em camadas controladas, mecanizada ou manual.

Os serviços serão executados conforme ordens de serviço emitidas pela Administração Municipal, respeitando os critérios técnicos definidos no Memorial Descritivo.

VII – RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA)

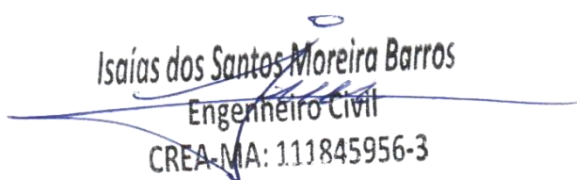
- **Economicidade:** Contratação sob demanda, evitando gastos antecipados desnecessários;
 - **Eficiência operacional:** Atendimento rápido às necessidades da Administração;
 - **Qualidade técnica:** Execução conforme normas e parâmetros definidos;
 - **Redução de retrabalho:** Aterros executados com controle técnico adequado;
 - **Planejamento financeiro:** Melhor previsibilidade e controle das despesas públicas.
-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA – MA

VIII – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante da análise técnica, econômica e administrativa realizada, **declara-se viável** a contratação, por meio de **Ata de Registro de Preços**, de empresa especializada para a execução de **serviços de engenharia para execução de aterros públicos no Município de Zé Doca – MA**.

A solução proposta atende aos princípios da **legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público**, estando em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as necessidades da Administração Municipal.



Isaías dos Santos Moreira Barros
Engenheiro Civil
CREA-MA: 111845956-3

Isaías S. Moreira Barros

Engenheiro Civil – CREA 1118459563/MA